

1

Reunião ordinária

Data: 2024-11-25

Início: 09.30 horas

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

Termo: 12.52 horas

Presenças:

Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

A Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes não participou na reunião devido a compromissos de representação do Município. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----

BALANCETE -----

N.º 01 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2025 (349/PGEN/DF/2024) -----

N.º 02 – TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2025 (338/PGEN/DF/2024) -----

N.º 03 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2025 (348/PGEN/DF/2024)-----

N.º 04 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2025 (347/PGEN/DF/2024)-----

N.º 05 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2025 (350/PGEN/DF/2024 - 1/ORC/DF/2024) -----

N.º 06 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2025 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (346/PGEN/DF/2024) -----



2

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DO PRESIDENTE: -----

N.º 07 – CANDIDATURAS A JUÍZES SOCIAIS RELATIVAMENTE AO JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE TOMAR (6222/ENTE/DAJA/2024 - 6/ENTEXT/PR/2013) -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023 (153/PGEN/DAJA/2024 – 11/ORGFUN/PR/2013) -----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----

N.º 09 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – Transmissão do lote D e prazo de vigência do direito de superfície (6232/ENTE/DAJA/2024)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 10 – TROCA DE PARCELAS DE PRÉDIOS RÚSTICOS INTEGRADOS NO TRAÇADO INICIAL E ATUAL DO CAMINHO MUNICIPAL 1118 (CM1118) (3511/ENTE/DAJA/2021 - 74/ESCAMU/DOM/2013) -----

N.º 11 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS HORTAS MUNICIPAIS DE MARMELAIS (134/PGEN/DOM/2022 - 1/ESPUEX/DOM/2019)-----

N.º 12 – CAMPANHA A FAVOR DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE ABRANTES (6035/ENTE/DAJA/2024 - 12/PROJPAR/DEAS/2013) -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 13 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Associação Luso Brasileiro de Grappling (6129/ENTE/DAJA/2024) -----

N.º 14 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar (6300/ENTE/DAJA/2024) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 15 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (145/RUID/DAJA/2024 - 1/RUIDO/DAJA/2024) -----

N.º 16 – LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas (8/EDES/DAJA/2024 - 1/AUTLIC/DAJA/2024) -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 17 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO ANO LETIVO 2024/2025 (17/PPSR/DEISA/2024) -----



3

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 18 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Herança de Ilda Salvador
(808/JUEL/DGT/2024 - 299/EDIF/DGT/2024) -----

N.º 19 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Herança de Ilda Salvador
(809/JUEL/DGT/2024 - 301/EDIF/DGT/2024) -----

N.º 20 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - João de Jesus Mendes (321/JUEL/DGT/2024 -
15/EDIF/DGT/2024) -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 21 - DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL - atividade operacional no ano de 2024
(1160/PGEN/DPC/2024)-----

N.º 22 - ACEITAÇÃO DE DONATIVO DA LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE
TOMAR PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO B (1163/PGEN/DPC/2024)-----

N.º 23 - REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS
VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO E SOCORRO DO CONCELHO DE TOMAR
(1176/PGEN/DPC/2024)-----

DIVISÃO FINANCEIRA:-----

N.º 24 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE, LIMPEZA E APOIO ÀS INSTALAÇÕES
MUNICIPAIS - autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais
(7/AQBS/DADJ/2024) -----

N.º 25 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO
MUNICÍPIO DE TOMAR - NOMEAÇÃO NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS
(176/CPUB/DF/2024 - 10/DESP/DF/2024) -----

EXPEDIENTE:-----

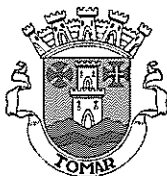
N.º 26 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Santa Cita Aldeia Natal 2024
(5985/ENTE/DAJA/2024 - 15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 27 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Agrupamento 44 (Tomar) do
Corpo Nacional de Escutas (6382/ENTE/DAJA/2024 - 15/DIVER/PR/2013)-----

N.º 28 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Centro Cultural e Desportivo da
Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar (6327/ENTE/DAJA/2024 -
15/DIVER/PR/2013) -----

N.º 29 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Associação Cultural, Recreativa
e Desportiva da Asseiceira (5558/ENTE/DAJA/2024 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e deu-



se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovado o seguinte Voto de Pesar e proferidas as seguintes intervenções: -----

VOTO DE PESAR:-----

Deliberação tomada em minuta: -----

A Câmara Municipal de Tomar, reunida no dia 25 de novembro de 2024, aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento dos seguintes trabalhadores municipais, falecidos no corrente ano:-----

Maria de Fátima Antunes Rodrigues Gonçalves, Assistente Operacional afeta à Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente;-----

Maria Emília Brites Guilherme Martins, Assistente Operacional afeta à Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude;-----

Maria de Fátima de Almeida Carvalho Mourão, Assistente Operacional afeta à Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente;-----

Cláudia Cristina de Carvalho Chora, Assistente Técnica afeta à Divisão de Turismo e Cultura.-----

A Câmara cumpriu um minuto de silêncio.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que continua a aguardar resposta a questões que tem vindo a apresentar, incluindo sob a forma de requerimento, nomeadamente sobre a Bandeira “Município Amigo da Juventude” (em dois mil e vinte um, o Município aderiu à Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, mas não se viu nada a acontecer, e, recentemente, aparece publicitada uma fotografia com a referida Bandeira, sem que tenha ficado claro se foi a primeira distinção ou uma renovação); sobre o uso do terreno adquirido em Valbom para construção de habitação e situação do procedimento com esse objetivo; sobre a construção no espaço que foi adquirido, ou permutado, com a Igreja, sito em Marmelais, o qual, apesar dos seus alertas, continua sem estar vedado e a oferecer risco, em especial para crianças que para ali possam ir (a Sra. Vice-Presidente informou que, na semana seguinte, as construções iriam ser demolidas e o espaço vedado, mas o espaço continua aberto e sem condições de segurança, e pode ocorrer ali um acidente, que ninguém deseja).-----

O Sr. Presidente referiu que, nos últimos dias, despachou alguns requerimentos e, pelo menos o que se refere à Bandeira de Município Amigo da Juventude, será respondido em breve; o concurso para construção de duas habitações em Valbom ficou deserto e vai ser relançado com aumento do preço base; demoliram parte das habitações em Marmelais, para impedir que pudessem ser ocupadas, e o realojamento de uma família que residia no local

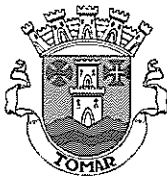


demorou mais tempo do que se previa, mas já aconteceu, e aguardam que a E-Redes proceda à desativação de cabos elétricos para promover a demolição do restante, o que julga já não demorará muito mais. -----

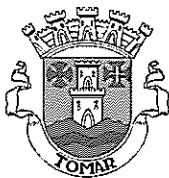
A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que, na reunião de dezasseis de setembro, foi aprovada a minuta do contrato a estabelecer com a Federação Portuguesa de Motonáutica, para levar a efeito um evento enquadrado no Campeonato de Sky Aquático, envolvendo a transferência de dez mil euros; em reunião recente, face ao então informado, questionou se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a Agência Portuguesa do Ambiente concederam as autorizações necessárias para que o evento se realizasse na Barragem do Carril, se o mesmo aconteceu, se foram transferidos os dez mil euros e se era possível aceder ao relatório elaborado pelo gestor do contrato; de acordo com a informação adiantada pela Sra. Vice-Presidente algo não teria corrido bem, desde logo em termos de comunicação com o Município, pelo que retoma a questão do pagamento e questiona se a entidade que realizou o evento já apresentou o respetivo relatório. -----

O Sr. Presidente confirmou que algo não correu bem no relacionamento com a organização, pelo menos ao nível da comunicação com o Município e com a comunicação social local, e da proximidade com a comunidade, situação que os desagradou bastante; a atividade decorreu com os pareceres necessários, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente, foi bastante divulgada num conjunto de órgãos nacionais e foi um sucesso junto dos amantes da modalidade; foi cumprido o objetivo de abrir a porta a outra utilização da Barragem do Carril, que não meramente agrícola, mas não teve o envolvimento da comunidade, como se pretendia; quando estabelecem parcerias, estão habituados a uma comunicação mais próxima, e, neste caso, ela não aconteceu, e, apesar de saberem que participaram muitas pessoas, que estavam, de alguma forma, ligadas à atividade, no geral, a comunidade local não teve a possibilidade de ter essa informação, pelo que ainda irá ser objeto de avaliação, eventualmente em função do relatório da atividade, se o Município irá fazer algum pagamento, mas nunca da totalidade do apoio. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que, em entrevista à Radio Hertz, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira referiu que é desejável que as obras da zona de indústrias e serviços de Vale dos Ovos comecem em dois mil e vinte cinco; já era desejável há uma série de anos, mas não lhe parece que seja concretizável tendo em conta que o processo se arrasta desde dois mil e dezanove; em janeiro desse ano, foi iniciado o primeiro processo de elaboração do Plano de Pormenor de Vale dos Ovos, com prazo de execução até dois mil e



vinte e dois (três anos), prazo que veio a ser prorrogado por igual período, ou seja até dois mil e vinte cinco; mas, em dezembro de dois mil e vinte e dois, o referido procedimento foi revogado e foi iniciado um novo procedimento, com carácter de reclassificação de solo, com prazo de elaboração de três anos, passível de prorrogação por mais uma vez; por outro lado, o Sr. Presidente declarou, também na comunicação social, que se estava na fase de encomendar o estudo económico de base para dar mais um passo no plano; veio a confirmar no Portal Base que assim acontece, mas causa surpresa, e levanta um conjunto de dúvidas que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente porque é que só agora se avança para a elaboração do estudo (há muito que é intenção desta governação ter uma zona industrial em Vale dos Ovos e faria sentido que se tivesse iniciado há mais tempo), qual é o estado atual das negociações com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo para o solo rústico ser reclassificado como urbano (na reunião de oito de julho, o Sr. Presidente informou que estavam a decorrer, mas desconhecem se chegaram a bom porto e já há uma decisão favorável) e o que está previsto em termos de contatos com os proprietários dos terrenos (ambos os eleitos abordaram o tema, mas as palavras do Sr. Presidente da Câmara não parecem confirmar a expectativa temporal avançada pelo Sr. Presidente da Junta, que indicou que, até ao final do ano, os proprietários seriam convocados por edital para uma reunião). Sublinhou que este processo é urgente porque o concelho precisa de espaços industriais; recentemente, leu no Expresso que os setores de logística, de indústria e dos centros de dados pressionam a procura de terrenos industriais um pouco por todo o território nacional, ou seja é um barco grande que está a andar e não convinha que Tomar o perdesse, porque há muitas oportunidades de investimento, de atração de postos de trabalho qualificado, de potenciar o desenvolvimento económico, e é fundamental ter espaços capazes de acolher estas empresas; é verdade que, hoje, a lógica é de cooperação, mas, quer se queira quer não, não se pode esquecer a competitividade do território e, aqui ao lado, o concelho de Ourém, inaugurou, há bem pouco tempo, a Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda (um investimento de cerca de três ponto oito milhões de euros, financiado em três milhões pelos fundos comunitários) e já adquiriu mais cinquenta mil metros quadrados para ampliar a Zona Industrial de Casal dos Frades (um investimento de cerca de duzentos e sessenta mil euros). Realçou que este tema tem que ser encarado com a maior prioridade possível e, se é verdade que estas coisas demoram, também é verdade que está a demorar bastante e que não se vê fim à vista. Referiu que, no dia catorze de fevereiro, tiveram início os trabalhos de rearborização de espaços verdes e criação de ilhas sombra no Pinhal de Santa Bárbara,



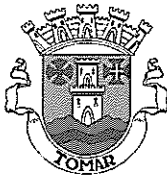
financiados em cerca de cinquenta e cinco mil euros ao abrigo do REACT/Compete dois mil e vinte; a candidatura elencava ações de limpeza de terreno, abate de algumas árvores em risco e plantação de novas árvores, nomeadamente de vinte um pinheiros mansos que representavam perigo acrescido de queda e seriam substituídos por outras espécies; no final de setembro, ocorreu a queda de alguns ramos de árvores no espaço, e questiona se a ação de rearborização foi executada conforme previsto na candidatura apresentada e se a mesma foi concluída com sucesso. Referiu que, no domínio da saúde, dois temas lhe merecem, para já, especial atenção, o Hospital de Tomar e a Unidade de Saúde Familiar da Nabância; no primeiro caso, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo anunciou os objetivos para o corrente ano, e desconhecem a informação que possa existir sobre o nível de execução, em particular se a pintura exterior do edifício, a renovação do bloco operatório e o laboratório de nível três de Patologia Clínica aconteceram ou, pelo menos, estão a caminho de acontecer; no segundo caso, é conhecida a intenção de intervir e ampliar as instalações, e questiona qual é a situação desse investimento que esteve na origem da aprovação, de forma até um bocado atabalhoada, da transferência de competências no domínio da saúde e que, de acordo com a informação prestada, em agosto de dois mil e vinte e três, pela Sra. Presidente da Câmara, seria uma obra para iniciar até ao final do corrente ano; aparentemente, isso não irá acontecer e, mais preocupante, sendo uma obra financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que tem prazos até meados de dois mil e vinte seis, e não constando nada no Orçamento do Município para dois mil e vinte cinco, em termos concretos e de rubricas, apesar da mensagem inicial do Sr. Presidente, questiona se vai ser uma oportunidade perdida ou se há algum coelho para tirar da cartola e fazer acontecer esta obra.-----

O Sr. Presidente referiu que todos gostariam que tudo em geral andasse mais depressa, mas não é assim que o mundo funciona, há obstáculos e têm que trabalhar para os ultrapassar. Realçou que Vale dos Ovos não é uma intenção desta governação, porque já estava prevista na revisão do Plano Diretor Municipal, iniciada em dois mil e quatro pela governação anterior, mas é verdade que intensificaram essa vontade e tentaram bastante que a proposta de revisão fizesse acontecer a nova classificação do solo; seria um passo gigante naquilo que tem que ser feito, mas, apesar do muito trabalho nesse sentido, como noutras questões que aconteceram no decorrer do procedimento, não foi autorizado; ficou prevista essa Área de Atividade Económica, mas é preciso elaborar um plano de pormenor específico e, com os recursos humanos existentes, e as muitas frentes de trabalho em curso, não conseguem fazer tudo ao



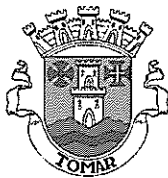
mesmo tempo; há muito trabalho prévio a fazer para poder lançar o procedimento para elaboração do estudo económico e o caminho está a ser feito, com a velocidade possível; por outro lado, estão a ser identificados os proprietários, parcela a parcela, para poderem chegar a eles e acontecer uma primeira reunião, para apresentação da ideia e início do trabalho de expropriação, amigável ou não, dessas parcelas. Sobre o Pinhal de Santa Bárbara, informou que será aproveitada uma outra candidatura, superior à anterior, na casa dos cem mil euros, que permite um trabalho mais consistente e de fundo naquele espaço merecedor de um aproveitamento enquanto espaço verde e miradouro da cidade, que não há grande memória de alguma vez ter tido, e gostaria muito que a intervenção se pudesse iniciar ainda este ano. Deu nota de que têm ocorrido algumas reuniões com a Unidade Local de Saúde do Médio Tejo e a sua Administração, mas, dos temas referidos, o único que tem presente, neste momento, é o da pintura do edifício cujo procedimento era suposto ter sido lançado durante o verão; ainda não aconteceu, por razões que não conhece exatamente, mas vai acontecer; as restantes questões poderão ser colocada sobre a forma de requerimento, sem prejuízo de as vir a colocar na próxima reunião que se vier a realizar. Lembrou que o orçamento municipal não pode ter tudo totalmente discriminado e há situações que só podem concretizar-se com uma candidatura já aprovada, o que implica aumento de receita e alteração ao orçamento para acomodar essa receita, e também a inerente despesa; na área da saúde, o orçamento prevê uma rubrica geral para intervenção em instalações e vai depender muito da capacidade e oportunidade das várias situações que estão a decorrer no terreno, por via da iniciativa de algumas Freguesias, que acomodarão, na medida do possível, assim que existam projetos de execução para as intervenções que se pretendem em três ou quatro extensões de saúde; no que se refere à Unidade de Saúde Familiar da Nabância, o Município mostrou disponibilidade para fazer uma intervenção, e a mesma foi apontada para financiamento, mas o processo foi algo conturbado; primeiro, a Administração Regional de Saúde demorou quase um ano a indicar o que era necessário/pretendia; depois, havia interesse em ter o projeto do equipamento de saúde, que é relativamente recente, mas não existe no Município e, durante meses, incompreensivelmente, ninguém o descobriu na Administração Regional de Saúde; no final do ano passado, instruiu os serviços para promover o levantamento topográfico do edifício e iniciar o procedimento para elaboração do projeto, cuja dimensão obrigou à realização de concurso público, o que também demorou o seu tempo, e se encontra agora em fase de conclusão. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, por vezes, como hoje, mais do que esclarecer, as



intervensões do Sr. Presidente suscitam ainda mais dúvidas; sobre o Plano de Pormenor de Vale dos Ovos não esclareceu se a negociação com a CCDR está ou não está concluída e se já existe parecer favorável; sobre o Pinhal de Santa Bárbara, também ficou por dizer se os trabalhos englobados na candidatura aprovada, com financiamento de cinquenta e cinco mil euros, foram executados ou não; sobre a Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, não informou nada de concreto; sobre a Unidade de Saúde Familiar da Nabância, a verdade é que, apesar do que foi dito, o orçamento municipal engloba uma rubrica de despesa para reabilitação de equipamentos de saúde, com a dotação de quatrocentos mil euros, e prevê do lado da receita o financiamento de um ponto três milhões de euros de financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (aparentemente ainda não aprovado), e isso preocupa, tanto mais que o prazo de execução é muito apertado e não veem as coisas a andar com a celeridade que se exigia.

Requeru a prestação de informação atualizada sobre a situação dos três investimentos que estava previsto realizar, no corrente ano, no Hospital de Tomar: pintura exterior do edifício; renovação do Bloco Operatório e Laboratório nível três de Patologia Clínica. Referiu que o contrato para requalificação e adaptação de jardim de infância para espaço de teletrabalho partilhado em Linhaceira foi assinado em outubro de dois mil e vinte e três, com prazo de execução de seis meses e já decorreu mais de um ano; em agosto, o Sr. Presidente indicou que tinham ocorrido duas prorrogações de prazo, pelo que questiona qual é a situação atual, nomeadamente se as obras estão concluídas. Referiu que, em abril de dois mil e vinte e um, se iniciaram os trabalhos da solução inteligente e centralizada para a gestão da ocupação de lugares de estacionamento nos parques do Município de Tomar tendo sido realizados para o efeito três contratos; um com a Softinsa, no valor de cerca de oitenta mil euros, para desenvolvimento e implementação da plataforma, e dois com a Wavecom, no valor total de cerca de cento e setenta e seis mil euros, para fornecimento e instalação de uma rede de sensores; há cerca de um ano, alertou para o facto de existirem falhas no funcionamento do sistema, e o Sr. Presidente reconheceu que não estava a funcionar nas condições ideais; aparentemente, não ocorreram melhorias assinaláveis desde então, mas reparou que, recentemente, foram contratados, por ajuste direto, à Resopre (vinte e nove de outubro) e à Softinsa (vinte de novembro), a aquisição de APIs para sistema de gestão de parques de estacionamento e a aquisição de serviços de manutenção, correção e suporte à plataforma de gestão e controlo de ocupação de parques de estacionamento, respetivamente, e gostaria de ter informação atualizada sobre o funcionamento do sistema e se é exetável que estas aquisições venham resolver os problemas existentes. Por último, deu nota que lhe foi



reportado por uma cidadã que, dois meses depois de ter dado conta do incómodo que decorre para os residentes do alarme sonoro do semáforo sito na rua Dr. António Antunes da Silva, que começa a funcionar às seis horas, até em desrespeito pela Lei do Ruído (sete horas), não teve qualquer resposta, também aqui em incumprimento do Código do Procedimento Administrativo (resposta em trinta dias), para além da evidente falta de respeito para com os cidadãos, para saberem com o que podem contar ou, pelo menos, perceberem melhor o que se passa; neste caso, é uma questão de fácil solução para o conforto e a qualidade de vida dos cidadãos, e o cumprimento da lei, e gostaria que a situação pudesse ser avaliada, mas a verdade é que a falta ou demora na resposta aos cidadãos, em vários setores, é talvez dos temas mais recorrentes na abordagem dos cidadãos e seria de avaliar, e de tentar que os procedimentos aconteçam de forma mais célere dado o impacto na qualidade de vida dos cidadãos, no investimento e em todas das áreas de interesse municipal. -----

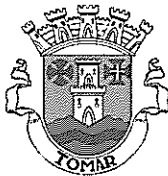
O Sr. Presidente referiu que não há obras nem financiamento se não existirem projetos e, no caso da Unidade de Saúde Familiar da Nabância, o projeto é indispensável para a contratação da obra e a sua execução e o Município tudo tem feito para o ter. Sobre Vale dos Ovos, reiterou que não foi possível alterar a classificação do solo no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal e é o plano de pormenor que vai definir a extensão e as condições para a respetiva reclassificação. Sobre a intervenção no Pinhal de Santa Bárbara, esclareceu que não podiam executar duas candidaturas com os mesmos objetivos, e foi decidido aproveitar a candidatura que permite uma intervenção mais abrangente e mais consistente. Sobre o espaço cowork da Linhaceira, referiu que têm sido bastante compreensivos com a empresa contratada, que tem tido os seus problemas; chegaram a ponderar a rescisão contratual, por se entender que não há grande justificação para os atrasos, para além das questões internas da empresa, mas seria sempre muito difícil contratar outra empresa para terminar a obra, ainda para mais numa fase muito avançada; prevê-se a conclusão da obra até final do ano e quer acreditar que, depois da empresa concluir os trabalhos de substituição das janelas e das portadas no edifício dos Paços do Concelho, cujo procedimento de contratação lhe foi adjudicado, irá dar maior fôlego aos trabalhos por executar na Linhaceira. Reconheceu que o estacionamento inteligente tem tido alguns problemas pouco inteligentes, nomeadamente questões técnicas de compatibilidade entre infraestruturas e software, as quais ainda não estão totalmente resolvidas, apesar das imensas reuniões que têm acontecido entre os serviços e as várias entidades, até fazendo ver a estas que é também a sua imagem que está em causa, para além da dificuldade acrescida de os cidadãos perceberem a vantagem destas



tecnologias; de acordo com os técnicos, as recentes contratações pretendem resolver em definitivo as questões que persistem e só pode acreditar que isso vá acontecer. Sobre as eventuais demoras na resposta aos cidadãos, referiu que há sempre alguma coisa que pode correr menos bem, ou demorar mais tempo, mas todos os dias entram dezenas de solicitações as quais, em regra, são encaminhadas para os serviços respetivos, para instrução, informação e, consoante o assunto e a competência, submissão a despacho do Presidente ou do Vereador; a larga maioria é respondida a tempo e horas, mas, por algum motivo, pode sempre acontecer que uma ou outra situação demore mais tempo, ou possa ficar esquecida nalgum setor, se bem que seja raro (basta que entre no workflow de um trabalhador que entre de baixa médica, por exemplo); desconhece o caso em concreto, mas irá apurar o que pode ter acontecido, sendo certo que, para cada situação que possa acontecer menos bem, há uma larguíssima maioria de situações em que os serviços dão o seu melhor, todos os dias, para responder aos cidadãos.-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu: sobre o Pinhal de Santa Bárbara, o relatório de execução ou de não execução das ações previstas na candidatura ao programa REACT-EU (Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), financiada com cerca de cinquenta e cinco mil euros, bem como informação sobre a nova candidatura para requalificação do espaço, no valor de cem mil euros, referida pelo Sr. Presidente; **sobre o semáforo na rua Dr. António Antunes da Silva**, a avaliação e adequada resolução da situação reportada no dia um de setembro por uma cidadã residente na rua treze de fevereiro, segundo a qual o semáforo inicia o sinal sonoro às seis horas e não às sete, como seria exetável face ao disposto na lei do ruído, causando incómodo e perturbando o descanso; até à data só recebeu o comprovativo de registo (ID #três, três, sete, seis, nove, seis); assim como **a revisão de procedimentos internos para garantir resposta atempada aos cidadãos** tendo em conta que vários munícipes têm reportado constrangimentos no relacionamento com a Câmara Municipal, em assuntos de vária ordem, e é preciso avaliar o que se passa e atuar para que os procedimentos prossigam com mais celeridade, dado que, para além do incumprimento do Código do Procedimento Administrativo, a falta de resposta revela igualmente falta de respeito para com os cidadãos. -----

Continuando, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, na reunião de treze de novembro do ano passado, a Câmara deliberou solicitar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo reunião de acompanhamento da elaboração do Plano de Pormenor de Vale dos Ovos, para aferir o cumprimento das exigências legais quanto à

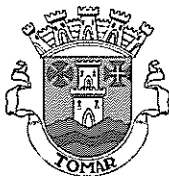


demonstração da indisponibilidade de solo urbano na área das UOPG-D e UOPG-E, correspondentes aos Parques Empresariais de Tomar e do Alto do Pintado, respetivamente, e, apesar de não o ter deixado muito claro anteriormente, é sobre essa questão que questiona se há parecer favorável. -----

O Sr. Presidente referiu que as coisas não funcionam assim e nem sempre vem um documento a referir concordância e que o procedimento pode avançar; neste caso, a formalização por parte do Município tinha que acontecer e têm um OK para que os trabalhos continuem, mas não vão receber um documento onde isso esteja expresso; têm que ir deliberando várias coisas ao longo do procedimento para manifestar a vontade de continuar, desde logo o estudo económico e financeiro e, depois da aceitação deste, avançar para as regras de ordenamento propriamente ditas. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco realçou a necessidade de reparação das estradas nacionais que cruzam o concelho, nomeadamente a cento e dez, após o nó para a Zona Industrial, e a cento e treze, até ao entroncamento com o IC nove, em Carregueiros; são vias com bastante utilização e começam a estar degradadas e com piso irregular; com a chegada do inverno, a situação tenderá a agravar-se e seria de dar esse reporte à Estradas de Portugal para que as reparações aconteçam e os utilizadores dessas vias estejam bem servidos, e as condições de segurança acauteladas. Sobre o Centro de Saúde da Nabância, referiu que já estão habituados a esta velocidade neste tipo de processos; por outro lado, como têm vindo a dizer, e vão continuar a fazer, porque água mole em pedra dura tanto bate até que fura, têm que existir documentos globais de planeamento que depois entronquem nos documentos mais operacionais como o projeto, neste caso a Carta para a Saúde, que preveja as necessidades globais do concelho, na Nabância e noutros espaços, tendo em conta a população e a evolução que se prevê, o estado atual dos equipamentos e os recursos humanos, e o diálogo com os diversos intervenientes, para basear a ação que tem que acontecer, sem dúvidas e com celeridade, sob pena de os problemas continuarem sem resolução. -----

O Sr. Presidente realçou que o Município só é responsável pelas instalações dos cuidados primários do concelho desde janeiro e não se pode achar que, de um ano para o outro, se resolvem todo os problemas, até porque alguns estão para resolver há muitos anos; é importante haver um planeamento mais global, mas o caminho tem que se fazer com a calma necessária, e ir trabalhando e fazendo as intervenções necessárias e, ao mesmo tempo, em regra em conjunto com as Freguesias e com os Srs. Presidentes de Junta, preparando as intervenções que se venham a revelar necessárias. Referiu que o concelho é atravessado por

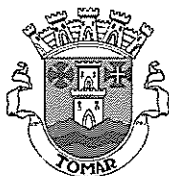


várias estradas nacionais e gostava de resolver, com alguma brevidade, a questão da eventual transferência de alguns troços dessas vias para a competência municipal, se vier acompanhada do devido envelope financeiro, e, com esse objetivo, está a tentar agendar uma reunião com o Sr. Diretor Regional das Infraestruturas de Portugal, sem prejuízo de poder abordar o estado de conservação de alguma dessas estradas em particular. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco realçou que não referiu o troço anterior da estrada nacional cento e dez tendo em conta que está a ser desenvolvido o projeto de requalificação para Carvalhos de Figueiredo. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques recordou que, no dia sete de dezembro, entre as dez e as dezasseis horas, se realiza mais um Dia Aberto no Canil Gatil Intermunicipal, com as habituais atividades, convidando à participação. Salientou que a dedicação, paixão e empenho se reflete na forma como o Canil Gatil está a funcionar e tem que elogiar, enaltecer e valorizar o trabalho do Gabinete Médico Veterinário Municipal, chefiado pela Dra. Susana Dias, e reconhecer o trabalho do pessoal afeto ao equipamento e de todos os colaboradores, prestadores de serviços e voluntários, cujos resultados têm sido notórios. -----

O Sr. Presidente referiu que, mais logo, se vai realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal tendo como ordem de trabalhos a análise histórica do input do vinte cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco na consolidação da democracia em Portugal; como Presidente de Câmara, dirá que o Município de Tomar evoca várias datas ao longo do ano, mas celebra de forma mais cerimonial o Dia da Cidade e, desde que esta governação assumiu funções, o vinte cinco de abril; poderão passar a evocar outras datas mas, para isso, em particular neste caso, se calhar, o maior partido da oposição teria que conversar previamente com o Presidente da Câmara, ou com o Presidente do partido que governa; a Assembleia Municipal já chumbara, por maioria, uma Moção sobre este tema e, se havia a vontade de fazer algo que fosse digno, essa conversa teria que ter acontecido; a política não pode ser só holofotes e sound bytes, e é suposto haver momentos em que as pessoas se sentam a uma mesa e conversam, sem microfones, para tentar encontrar consensos; nada disso aconteceu e tenta-se, à revelia da maioria, impor uma efeméride; o PSD apresentou o requerimento e tenta dar a ideia de que o que vai acontecer hoje é algo diferente daquilo que efetivamente vai ser; hoje, não haverá nenhuma celebração ou cerimónia sobre qualquer data específica, apesar de ter havido um partido que, demonstrando mais uma vez que a intenção não é a mais correta, tentou, sub-repticiamente, dar a ideia daquilo que não é e se colocou a enviar convites, incluindo a entidades e personalidades; o



Município de Tomar não convidou ninguém porque, hoje, não há nenhuma cerimónia, celebração ou solenidade no edifício dos Paços do Concelho. Sublinhou que a questão não está na data até porque o PS é um dos partidos, se calhar o principal, ao qual muito se deve, com figuras importantes, desde logo com Mário Soares à cabeça; não quer discutir aquilo que é mais ou menos óbvio, ou seja que, nacionalmente, se está a tentar colocar uma outra data ao mesmo nível do vinte cinco de abril, o dia que, há cinquenta anos, a sociedade portuguesa celebra como dia da liberdade, uma celebração que une a sociedade e as várias comunidades; há várias datas importantes no contexto do vinte cinco de abril e, desde que haja outra forma de estar, tudo se pode fazer. Deu nota de que a Câmara Municipal não estará representada na sessão porque o Presidente tem compromissos assumidos com uma associação e a Vice-Presidente encontra-se em Cáceres, a participar num seminário internacional. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e quatro, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, oitocentos e catorze mil, trezentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos (2.814.366,36€) em Operações Orçamentais, e quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos (454.764,57€) em Operações Não Orçamentais. -----

N.º 01 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA APLICAÇÃO NO ANO 2025 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2025, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2524/2024 e 2527/2024 da Divisão Financeira. --

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2025, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD entendem que a Câmara Municipal pode e deve tomar ações de fomento ao desenvolvimento económico, recorrendo à concessão de benefícios



fiscais e incentivos, agora possível através do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e Projetos de Interesse, finalmente publicado há escassas semanas, depois de proposto pelo PSD ainda em 2021.-----

A governação socialista propõe para 2025 uma taxa de IMI de 0,34%, com os seguintes benefícios: -----

- a) Benefício fiscal a aplicar ao prédio ou parte de prédio destinado á habitação própria e permanente para agregados familiares com dependentes a seu cargo, nos termos do artigo 112-A do CIMI; -----
- b) Redução da taxa de IMI de 15%, para prédios urbanos com eficiência energética; -----
- c) Redução da taxa de IMI de 20% para as associações do concelho. -----

Se para o benefício previsto na alínea a) está previsto um impacto financeiro de perda de receita na casa dos 133mil€, para as outras duas reduções não existe qualquer estimativa ou indicação dos valores em causa, o que nos parece irresponsável. O IMI é uma receita estrutural para o Município, a aplicação de reduções pode implicar uma perda de receita significativa, pelo que julgamos ser um princípio de boa gestão ter uma ideia dos valores em causa. -----

Tanto é que, ao não se saber os referidos valores, "nivela-se por baixo", aplicando as taxas de redução mínimas previstas no Regulamento de Benefícios Fiscais. -----

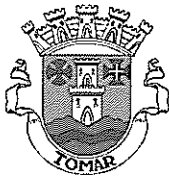
Conhecer o valor destas reduções permitiria melhor avaliar e, talvez, até aplicar valores de redução mais significativos. -----

Com esta proposta para a taxa de IMI, fica bem clara a falta de ambição da maioria socialista, que se fica por valores de redução mínimos e que não é capaz de utilizar o IMI como incentivo ao tecido empresarial, por exemplo, apoiando a criação de postos de trabalho.-----

Esta proposta de IMI é também reveladora da falta de condições financeiras do Município para apresentar propostas mais competitivas com concelhos vizinhos equiparados, resultado de 11 anos de uma governação socialista incapaz. -----

Ainda que os Vereadores do PSD entendam que esta proposta fica aquém do que seria desejável em termos de apoio às pessoas, empresas e instituições, reconhecemos que, infelizmente, não existem condições para um maior arrojo e, portanto, votamos favoravelmente."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que se mantém a taxa com as alterações decorrentes do regulamento dos benefícios fiscais (redução de quinze por cento para jovens até aos trinta e cinco anos e de vinte por cento para Instituições Particulares de

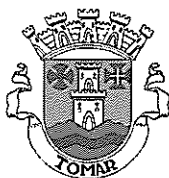


Solidariedade Social e entidades de utilidade pública). Deu nota de que está a ser preparada uma proposta para devolver às associações o IMI que tenha pago sobre as respetivas sedes, a título de incentivo à legalização das mesmas. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o Sr. Presidente não terá presente tudo o que está escrito nos documentos e se baralhou um pouco na apresentação dos benefícios; falou em propostas para jovens e para entidades reaverem o imposto pago como incentivo à legalização dos espaços (é uma questão importante, e tem merecido a preocupação do PSD), mas a proposta é omissa quanto a essas questões; está em causa manter a taxa de zero vírgula trinta e quatro por cento para a generalidade dos prédios, e aplicar a redução de quinze por cento nos prédios urbanos com eficiência energética (podia ir até vinte cinco por cento) e de vinte por cento para as associações do concelho que têm os seus imóveis/sedes regularizados (podia ir até aos cinquenta por cento) sendo certo que as IPSS têm as isenções decorrentes do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Realçou que o PSD se congratula por estarem, finalmente, a aplicar o regulamento dos benefícios fiscais, iniciado há três anos, por proposta sua. -----

O Sr. Presidente esclareceu que referiu os jovens por lapso, a pensar no IMT. Frisou que a grande maioria das associações ainda não tem as suas instalações regularizadas e, como incentivo, está a ser preparada uma medida adicional mais robusta, visando a devolução do IMI relativo às instalações que estão devidamente regularizadas. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que o Sr. Presidente ficou tão nervoso com a conversa do vinte cinco de novembro que até se atrapalhou nesta matéria. Realçou que a proposta mantém a taxa praticada nos dois anos anteriores e prevê benefícios para os agregados familiares com dependentes, para os prédios urbanos com eficiência energética e para as associações; estão a prescindir de receita e era importantíssimo saber qual o valor da mesma, mesmo que estimado, e preocupa que tal não aconteça, tanto mais que é a maior receita própria do Município (cerca de três pontos seis milhões de euros); no caso das associações, sabendo quantas existem era possível fazer essa estimativa; na eficiência energética seria um pouco mais complexo, mas, com os dados do Portal da Agência para a Energia, havia caminho para ter uma ideia da ordem de grandeza da perda de receita associada. Salientou que se pretende aplicar os benefícios mínimos e se perde a oportunidade de fazer deles uma medida de incentivo à criação de postos de trabalho, entre outras possibilidades, deixando bastante clara a falta de ambição e a falta de condições para fazer melhor, também fruto da governação nos últimos quase onze anos, e baixar a taxa, como outros concelhos equiparados estão

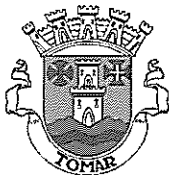


17

a fazer. -----

O Sr. Presidente referiu que a falta de seriedade com que o tema do vinte cinco de novembro foi tratado ficou bem demonstrada no início da intervenção anterior, e obriga a que seja ainda mais direto: se há um grande responsável pelo que vai acontecer, ou não, hoje à noite, é o Presidente do maior partido da oposição (ou sabia e concordou que as coisas fossem feitas assim e é o primeiro responsável, ou não sabia e há vários PSD, e vários grupos a fazer coisas pouco coordenadas, e não deixa de ser, igualmente, o primeiro responsável); se queria tratar o tema com dignidade, as coisas não podiam ter acontecido da forma como aconteceram, porque demonstra bem a falta de seriedade, de vontade e de dignidade, porque não é assim que os temas devem ser abordados, se lhes querem dar essa seriedade, não podem servir apenas para panfletos eleitorais a pensar, como há muito os eleitos do PSD fazem, em futuras eleições; é pena que assim seja, porque não favorece a democracia e aquilo porque tantos lutaram há cinquenta anos atrás, e só favorece algumas forças contrárias a ela. Retomando o tema em análise, referiu que é preciso perceber com que Municípios estão a ser comparados, se bem que haja alguns, bem mais pequenos que Tomar que têm estas questões muito favorecidas; era muito fácil, no último ano do mandato, apresentar uma proposta para baixar as taxas, mas não seria responsável, nem bom para o Município e para a comunidade; são verbas que podem fazer uma grande diferença nas contas municipais e para a grande maioria dos cidadãos este benefício representa muito pouco (e quanto maior for mais beneficiará aqueles que já são mais favorecidos); quanto às estimativas, percebe que o Sr. Vereador não saiba qual é o volume diário de trabalho dos serviços municipais, ou a capacidade de pedir esses números a outras entidade, mas certo é que não podem tirar números dos sites e fazer (inventar) estimativas e em particular a questão da eficiência energética, tem que merecer algum cuidado, pelo menos no primeiro ano de aplicação. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, em geral, as receitas estão relacionadas com o preço e a quantidade; por vezes, baixar o preço/fazer um desconto ou dar uma qualquer benesse, cativa maior quantidade e a receita total pode vir a ser superior, e era essa aposta no território que devia acontecer, sendo certo que só teria reflexo a médio e longo prazo; não é forçoso que se baixe sempre o preço, mas há que estudar se há vantagem ou não em o fazer, e prever os cenários de uma forma mais global, e não apenas na perspetiva da taxa que é cobrada; não podem limitar-se a afirmar que para as pessoas é igual, porque, se calhar não é, e para a Câmara, apesar dos benefícios que concede, a receita relativa à cobrança destes impostos tem crescido, como se viu na última reunião. -----



O Sr. Presidente referiu que é natural que a receita vá crescendo porque há casas que vão sendo reabilitadas e valorizadas, e construção nova.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a Câmara não tem feito mais do que contratar empresas de comunicação, pelos montantes que são conhecidos, e também há empresas que fazem estudos sobre estas matérias e estão capacitadas para realizar a matriz do concelho, e apresentar os levantamentos que seriam relevantes para a tomada de decisão, que, segundo o Sr. Presidente, os serviços municipais não podem ou não têm condições para fazer, mas o Sr. Presidente está focado noutras coisas, e não nestas que são estruturantes para o concelho. -----

O Sr. Presidente referiu que, perante esta intervenção demagógica, tem que lembrar que todas as Câmaras têm empresas de comunicação e, ao contrário do que se tenta fazer parecer, em Tomar até são muito modestos nessa área; claro que há empresas que fazem estudos para isto e para tudo, mas não vê qual seria a mais valia de ir gastar esse dinheiro; é o primeiro ano que estão a beneficiar os prédios com eficiência energética e foram cautelosos, mas não deixarão de verificar o que vai acontecer e nada impede que, no próximo ano, o benefício possa vir a aumentar; ainda há muito a fazer nesta área e é pena que o Governo tenha deixado de investir nela porque era das melhores medidas para colocar os cidadãos a investir na eficiência energética.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes recordou que o Governo socialista o fez, mas os cidadãos investiram e o dinheiro não lhes foi devolvido, como estava previsto. -----

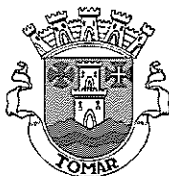
O Sr. Presidente realçou que o Governo socialista cessou funções no final de dois mil e vinte e três e os benefícios do Fundo Ambiental desse ano só seriam pagos este ano, mas ainda não aconteceu, apesar de o atual governo já estar em funções há quase um ano. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que, quando lança uma medida, o Governo tem que a prever no orçamento anual e plurianual, e, neste caso, isso não foi acautelado. -----

O Sr. Presidente disse que deve ser pelo mesmo motivo que estavam previstos “n” milhões para a área da habitação e agora lhes dizem que é provável que as Câmaras não vão receber tudo aquilo a que se candidataram. Sublinhou que, aparentemente, as opções são outras, mas era uma excelente medida e devia manter-se. -----

N.º 02 – TAXA DE DERRAMA PARA APLICAÇÃO NO ANO 2025-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de lançamento de derrama para o ano de 2024, a cobrar em 2025, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2446/2024 e 2520/2024 da Divisão Financeira. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de lançamento de derrama para o ano de 2024, a cobrar em 2025, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "A isenção da taxa de Derrama para empresas com volumes de negócio inferiores a 150mil€ é uma conquista do PSD. O ano passado, a governação socialista impôs a aplicação de uma taxa de 0,75% a essas empresas, algo que o PSD protestou por diversas vezes, mas que os socialistas ignoraram. Uma medida cujo impacto orçamental seria de cerca de 30mil€ Vale mais tarde do que nunca! -----

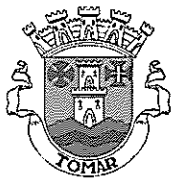
No entanto, à semelhança do IMI, também na Derrama lamentamos que não existam condições para apresentar uma proposta mais competitiva e que pudesse aproximar-se ou superar concelhos vizinhos equiparados que conseguiram baixar este ano para 1%. -----

Ainda que não sejam a proposta ideal para transformar Tomar um território mais competitivo, reconhecemos o passado dado com a isenção das PME's com volumes de negócio mais baixos e, portanto, votamos favoravelmente."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, o ano passado, os vereadores do PSD tentaram que fosse concedida esta isenção para empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, mas esta governação não quis ver a razão que lhes assistia e optou por aplicar zero vírgula setenta e cinco por cento às pequenas e médias empresas; representava trinta mil euros para a Câmara, mas podia ter feito a diferença para as empresas; ainda bem que, este ano, entenderam acompanhar essa recomendação, mas lamentam que não existam condições para apresentar uma proposta mais competitiva, que pudesse aproximar-se, ou até superar, concelhos vizinhos equiparados (já há quem esteja no um por cento).-----

O Sr. Presidente sublinhou que é necessário que os Municípios sejam equiparáveis, pelo menos em dimensão e proximidade regional, para além de que não se pode querer dar tudo e, ao mesmo tempo, exigir tudo; as receitas municipais sobre as quais estão hoje a tomar decisões são essenciais e a larga maioria das empresas não paga derrama, ou paga muito pouco, e não seria sequer responsável fazer mais do que está a ser proposto.-----

N.º 03 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA OS RENDIMENTOS DE 2025-----



20

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de fixação da taxa variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a aplicar aos rendimentos do ano de 2025, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2517/2024 e 2521/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta de fixação em 4% da taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano de 2025, nos termos e fundamentos das referidas informações, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "Esta proposta merece-nos reflexão. -----

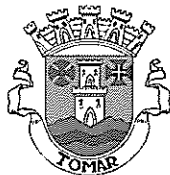
Aplicar a taxa de participação variável no IRS de 4% implica abdicar de 20% desta receita, ou seja, mais de 400 mil euros. O impacto da devolução de 1% do IRS aos cidadãos é diminuto na vida pessoal ou familiar, mas para a Câmara Municipal de Tomar é um valor significativo que permitiria fazer obra ou implementar projetos que poderiam beneficiar a comunidade. ----

Assim seria, se a governação municipal socialista tivesse capacidade para uma boa aplicação dos dinheiros públicos. Ao longo de 11 anos não tem sido o caso, pelo que acaba por ser preferível devolver aos cidadãos este valor que certamente farão melhor uso deles do que esta governação.-----

Os Vereadores do PSD votam favoravelmente.". -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que gostaria de ouvir o que é que o Sr. Presidente do ponto um, que acha que quanto mais a taxa do IMI baixasse mais se beneficiaria quem tem mais condições/imóveis maiores, diria ao Sr. Presidente do ponto três, que faz o oposto, ou seja abdica de vinte por cento da receita de participação no IRS (sensivelmente quatrocentos mil euros) a favor dos cidadãos que, individualmente, quase não vão sentir o impacto da medida; boa parte está isento de IRS e tem dúvidas que esta seja a melhor opção, e é uma reflexão que deveria acontecer, porque a Câmara poderia fazer algo com muito mais impacto para a comunidade, mas também é verdade que esse raciocínio faria mais sentido se a Câmara fosse bem governada, o que não acontece, pelo que o dinheiro fica melhor entregue. -----

O Sr. Presidente referiu que, apesar dos jogos com os números, o princípio geral é manter as taxas que estavam a ser praticadas e, neste caso, devolver um por cento aos cidadãos. -----



O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que o Município tem direito a cinco por cento do IRS e abdica de um por cento, a favor dos cidadãos, ou seja, de vinte por cento dessa receita, e é isso que é fatual e materialmente relevante. -----

O Sr. Presidente frisou que também é fatual que estão a propor a devolução de um por cento do IRS aos cidadãos. -----

N.º 04 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2025 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2025, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2515/2024 e 2522/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar a proposta de aplicação da taxa municipal de direitos de passagem no ano de 2025, e respetiva fixação em 0,25%, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

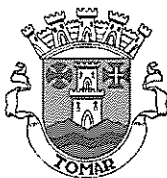
N.º 05 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2025 -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2025, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 58.860.000,00€ (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil euros), e respetivo mapa de pessoal, nos termos e fundamentos da informação n.º 2528/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou submeter os referidos documentos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria, com o voto de qualidade do Sr. Presidente. -----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "O PSD não poderá nunca apoiar uma proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Tomar que reflete uma governação socialista marcada pela ausência de estratégia, falta de organização e de compromisso com os reais desafios e oportunidades de Tomar. O documento proposto insiste em promessas



recicladas e na criação de falsas expectativas enquanto negligencia investimentos estruturais e prioritários para o desenvolvimento do concelho.-----

Salta à vista o valor global desta proposta de Orçamento Municipal: 58.860M€, mais 7 milhões de euros do que no ano de 2024. O Partido Socialista que tanto criticava os orçamentos da governação PSD apresenta agora um orçamento que é 10M€ superior ao último orçamento do PSD, com a agravante que nos últimos anos a Câmara tem apresentado sucessivamente taxas de execução baixas o que terá tendência a piorar com o aumento do orçamento. -----

Ao analisar o documento, existem algumas componentes que merecem especial atenção: -----

Despesa com Pessoal-----

Continua a ser uma das situações mais críticas para a gestão municipal e uma herança pesada para o futuro que, a cada ano que passa, mais pesada fica.-----

A Despesa com Pessoal aumentou de 16.154M€ (2024) para 17.126M€ (2025), enquanto que a Despesa Corrente se manteve, o que significa que a Despesa com Pessoal aumentou a sua expressão, atingindo os 52,7% da Despesa Corrente. Ano após ano, tem sido sempre a aumentar, 2 anos seguidos a aumentar 2M€ e agora mais 1M€ - bem que o anterior chefe da divisão financeira avisou.-----

Desenvolvimento Económico-----

Depois temos a completa ausência de estratégia para o desenvolvimento económico, Tomar carece de um verdadeiro impulso ao tecido económico e empresarial. Exemplos disso são a estagnação do Plano de Pormenor para a Zona Industrial de Vale dos Ovos, que se arrasta desde 2019; a inexistência de uma incubadora de empresas; ou a incapacidade de concretizar a candidatura de 2 milhões de euros para infraestruturas no Parque Empresarial. Enquanto isso, Ourém, aqui ao lado, inaugurou recentemente a Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda, um investimento de cerca de 3.8 milhões de euros, financiado em 3M€, e adquiriu 50.000m² para expansão da zona industrial de Casal dos Frades. -----

Na mensagem do Presidente, fala em "fortalecimento da economia local", mas sem qualquer consequência prática no Orçamento e Grandes Opções do Plano. Na "Afetação de recursos financeiros aos grandes objetivos", num total de 33,472 M€, o Desenvolvimento Económico tem 2,453 M€ (7,3%) o que, em relação ao valor global do Orçamento, significa que alocam ao desenvolvimento económico apenas 4,2% do total. Em detalhe, percebemos que a rubrica do "Desenvolvimento Económico" corresponde a Turismo (1.131M€) e Economia Local (1.322M€). Se por um lado, até podíamos pensar que o investimento no Turismo serviria para o desenvolvimento de uma estratégia turística integrada, para uma aposta nas pequenas e



médias empresas do setor, a verdade é que percebemos que 206mil€ são para "promoção" e 850mil€ são para "atividades culturais, desportivas e de educação" - os tais eventos e festas que a governação socialista tanto gosta.-----

O mais preocupante é mesmo quando olhamos para o 1.322M€ na "Economia Local" e percebemos que afinal 952mil€ vão para a CIMT, para projetos de âmbito intermunicipal – aí está a "economia local" da governação socialista. Enquanto que para a Zona Industrial alocam apenas 50 mil€ - isto sim, desprezar as empresas que lá estão. -----

Também o empreendedorismo é completamente esquecido neste documento e (des)governação: num documento de centenas de páginas, nunca a palavra "empreendedorismo" é mencionada. Zero, é quanto a maioria socialista quer saber dos empreendedores. -----

Transparência -----

A tendência da administração pública e da boa governança é cada vez de maior transparência, mas a governação socialista no Município de Tomar é cada vez mais opaca e com menos informação, basta ver a quantidade de rubricas com "outros" com valores avultados. Deveria existir uma listagem anexa explicativa a que referem estes "outros". Vejamos alguns exemplos: -----

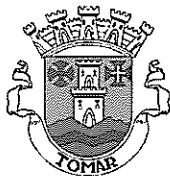
- "Outros" em despesas com "Trabalhos especializados" – 1 milhão e 111 mil€;-----
- "Outros" em despesas com "Serviços" – 2 milhões 185 mil€; -----
- "Outros" em despesas com "Construções Diversas" – 1 milhão e 654 mil€; -----
- "Outro" em despesas "Equipamento Básico" – 816 mil€; -----

Só nestes 4 exemplos, que são os valores mais elevados, apesar de haver muitas rubricas de "Outros" com valores significativos, temos cerca de 6 milhões de despesas que não sabemos o que são. -----

Por outro lado, temos uma rubrica na receita de "Outras" de "Rendas/rendimentos de propriedade" no valor de 2 milhões e 288 mil euros. Um valor claramente fantasioso, apenas para empolar o orçamento, e que o Presidente da Câmara foi incapaz de esclarecer quando questionado. -----

Estacionamento vs. Loteamento -----

Há uma situação em particular que os Vereadores do PSD consideram espelhar perfeitamente estes 11 anos de governação socialista: a previsão para 2025 é de arrecadar 665 mil€ em "loteamentos e obras particulares" e, em contrapartida, esperam ter uma receita de 681 mil€ com "parques de estacionamento".-----



O que dizer de um Município que espera ter mais receita de estacionamento do que de loteamentos e construção dos privados? É este o resultado do declínio em que caiu o concelho nas mãos dos socialistas. -----

Promessas por cumprir -----

Ao longo dos anos da governação municipal socialista, têm sido várias as promessas e anúncios efetuados, projetos que constam nos Orçamentos ano após ano, mas sem qualquer avanço. Projetos e obras como a Zona Industrial de Vale dos Ovos, o Parque de Feiras, a continuação da Av. Maria Lourdes Mello e Castro, a Choromela. -----

Aliás, a maioria socialista nas últimas semanas, talvez pelo aproximar das próximas eleições autárquicas, tem feito anúncio atrás de anúncio. Anunciam ideias e intenções como se fossem para amanhã, mas que não passam de meras intenções sem quaisquer condições de avançar no curto prazo. Exemplos disso são a requalificação do Centro Histórico, o Palácio Alvim ou a estrada de Carvalhos de Figueiredo.-----

Sob o ponto de vista política, o mais grave com esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 do Município de Tomar, à semelhança de orçamentos anteriores desta governação, é tratar-se de uma gestão corrente onde falta de um “fio condutor”, falta estratégia, falta ambição, faltam políticas de fundo e de futuro. Limitam-se a aproveitar os fundos comunitários. -----

O orçamento pode ter crescido 7M€, mas o que fazem dele é claramente insuficiente para assegurar o futuro que Tomar e os tomarenses merecem. É mais um ano de oportunidades perdidas para o nosso concelho. -----

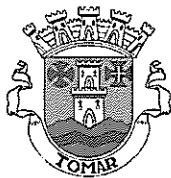
Apontam o envelhecimento da população como um dos grandes desafios que Tomar enfrenta, mas não têm qualquer solução efetiva. Para a juventude, apesar dos projetos de habitação a custos controlados (que estão atrasados), não existe uma estratégia integrada para atrair e fixar jovens. Pouco falam das empresas e ainda menos se propõem a fazer.-----

O plano da governação socialista, se é que se pode chamar um plano, é ir andando, de medida avulsa em medida avulsa, de festa em festa, a ignorar problemas graves e estruturais. -----

Por todas estas razões, os Vereadores do PSD votam contra este orçamento, reiterando o compromisso com uma estratégia de desenvolvimento para Tomar que privilegie o crescimento económico, a fixação de população e a requalificação das infraestruturas. -----

O voto contra estas Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa do Pessoal, é um voto a favor de Tomar e dos Tomarenses.”. -----

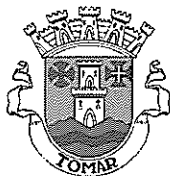
No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que, nas reuniões com parte dos



25

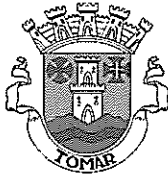
partidos políticos, incluindo o PSD, ainda numa fase muito em bruto da preparação do orçamento, indicou que havia a intenção de manter o valor global do orçamento, ou ficar um pouco acima do atual, mas, com a construção do documento, veio a cifrar-se em cinquenta e oito milhões e oitocentos mil euros, muito devido às obras que estão a decorrer e/ou lançadas, nomeadamente a Escola Básica de segundo e terceiro ciclos Gualdim Pais (num valor aproximado de cinco milhões de euros, cuja maior fatia de pagamentos ocorrerá no próximo ano), o Jardim de Infância Raúl Lopes e Creche Municipal, e os projetos na área da habitação, nomeadamente os trinta e dois fogos em Casal dos Frades, a que acresce o projeto de requalificação a executar em Carvalhos de Figueiredo e o empréstimo que aprovaram para requalificação de vias e reabilitação urbana. Destacou a linha de apoio ao associativismo que têm vindo a trilhar, que atinge anualmente um milhão de euros (devido ao grande reconhecimento do papel do associativismo no concelho, naquilo que produz em termos de qualidade de vida e de oferta para a comunidade, e também, cada vez mais, como fator de competitividade do território, que se pretende de bem-estar para os cidadãos e para quem os visita); a transferência para as freguesias de cerca de dois milhões de euros, para além das máquinas, pessoal e materiais que, com alguma regularidade, são cedidos, porque acreditam que, nalguns casos, estando mais perto, podem gerir melhor, e têm a possibilidade de definir as prioridades para o seu território. Referiu que apesar de haver seiscentos e trinta funcionários municipais há falta de pessoal nalguns sectores, pelo que o mapa de pessoal prevê um conjunto de postos de trabalho que não vão poder preencher na totalidade, mas, estando previstos, têm a possibilidade de ir percebendo, a cada momento, o que é mais prioritário; neste momento, os assistentes operacionais nas escolas já estão muito próximo do rácio definido pelo Ministério da Educação, também porque o número de alunos tem aumentado, mas, se calhar, têm que dar alguma margem no setor; nos últimos dois anos, muitos assistentes técnicos atingiram a reforma e a Divisão Financeira, por exemplo, está desfalcada; é provável que três engenheiros se venham a reformar no próximo ano e estão previstos mais dois lugares de engenheiro civil, mas a ideia não é aumentar, se bem que queriam tentar recrutar pelo menos um, para que, durante alguns meses, os que entram e os que saem possam trabalhar em conjunto e haver transmissão de conhecimentos, como aconteceu com os desenhadores. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que estes documentos são extensos e mereceriam que tivessem mais tempo para os analisar, mas fizeram o que foi possível no tempo disponível; o orçamento é um plano de intenções e, historicamente, a sua execução

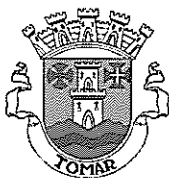


26

tem sido baixa, assim como a capacidade para concretizar subsídios e candidaturas (há obras que estão executadas e aguardam a aprovação de candidaturas, sem que se explique porquê, há candidaturas aprovadas e retiradas, e as obras financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência rondam apenas um milhão de euros). Referiu que o conteúdo destes documentos não pode deixar os tomarenses tranquilos; por um lado, insiste na tática da promessa, de obras já prometidas em anos anteriores, em diversos orçamentos, alguns pela terceira, quarta ou quinta vez, apesar de serem obras fundamentais para a qualidade de vida de inúmeros cidadãos, como é o caso, por exemplo, do Caminho Municipal mil cento e dezanove, da reabertura da Ponte de Vermoeiros e da empreitada de pavimentação da Choromela; por outro lado, são anunciados projetos ditos emblemáticos desprovidos de conteúdo e de programação, apregoados sem o envolvimento da comunidade, apenas para impressionar, porque a sua concretização não se encontra minimamente assegurada (entre outros, a requalificação da Mata Nacional dos Sete Montes e o Pinhal de Santa Bárbara, ou a suposta transferência dos serviços municipais para determinados espaços do antigo Colégio Nuno Álvares Pereira -- questiona se há projeto ou se a Câmara vai continuar a fazer obras avulsas, sem visão e à margem do cumprimento das regras de contratação pública, como se estivesse a fazer um desenho para apresentar num concurso escolar --; a posse do terreno e o desenvolvimento dos projetos para o Parque de Feiras e Zona Industrial de Marmelais, com uma dotação de setenta e cinco mil euros; a reabilitação do Claustro maior e envolvente do Convento de São Francisco, com dotação de vinte oito mil euros para projeto); e há ainda aqueles que todos concordam que são fundamentais, mas que não passaram de projeto incompleto, esboço, esboço ou rascunho {o projeto de re-infraestruturação e urbanização da estrada nacional cento e dez, de São Lourenço à A13 (apresentada a primeira versão) e o projeto de expansão da circular urbana, continuidade da Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro (em esboço)]; um ano depois de terem assumido competências no domínio da saúde, desconhecem os esboços dos vários projetos de construção ou reabilitação de extensões de saúde e o projeto a executar (como e quando) na Unidade de Saúde Familiar da Nabância. Referiu que preocupa a ausência de investimento em áreas fundamentais, e a desconsideração ou indiferença do executivo socialista quanto ao desenvolvimento económico, de que é exemplo a não concretização, por culpa da Câmara, de uma candidatura, no valor de dois milhões de euros, para intervir na Zona Industrial, ao nível das acessibilidades, comunicações e espaços comuns de serviços para investidores, empresários e trabalhadores; ou a transferência de verbas não aplicadas nessa candidatura para o Centro de Inovação e Conhecimento, a criar no Instituto Politécnico, que



também não aconteceu, sem que tivesse ficado claro quem teve a culpa (sendo certo que, se tivesse sido com outra Câmara Municipal, como Abrantes, por exemplo, teria acontecido); a criação de uma incubadora de empresas permanece em estudo ao longo dos anos da governação PS; o ano passado, já havia um estudo para implementação de parques empresariais, nomeadamente em Vale dos Ovos, mas não se sabe onde anda e não passa das promessas (e o Sr. Presidente não conseguiu explicar o porquê do estudo socioeconómico só ser realizado agora porque há muito que tinham apontado para a sua necessidade dada a falta de informação e de dados concretos para demonstrar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional a necessidade de ter espaço urbano para avançar para a criação da zona industrial, e também a oferta, que deve ser estruturada, no Pintado); é verdade que há, e é importante, um espaço cowork na Linhaceira, mas é muito pouquinho. Referiu que as áreas da educação e da infância são determinantes, mas não há Carta Educativa e, não existindo levantamentos e diagnósticos, atempados e credíveis, acontecem investimentos tardios e eventualmente desadequados, se se olhar para o território na globalidade; a habitação a custos controlados é importante, para jovens casais e não só, mas não é suficiente anunciar e mandar fazer uma Estratégia Local de Habitação, que está aprovada desde dois mil e vinte e um, para já não falar das trapalhadas e ilegalidades de Cardelas e da ausência de respostas em relação a Valbom, entre outras situações que poderia referir; a habitação para estudantes ainda é um projeto, ao fim de onze anos de governação, e ninguém sabe se verá a luz do dia; nada tem sido feito para fixar jovens e a proposta do PSD para elaboração do regulamento dos benefícios fiscais, que antecipava apoios para várias áreas, incluindo os jovens, demorou três anos a sair da gaveta e, mesmo assim, continua a haver uma desconsideração quanto à aplicação dos benefícios; precisam de um tecido empresarial forte e de criar condições que tornem o concelho atrativo, até porque algumas empresas que cá estavam estão a fugir para concelhos vizinhos; têm assistido a um completo desinvestimento nas vias rodoviárias e não se percebe porque é que as intervenções previstas não se realizaram, antes, de forma faseada e programada, e acontecem agora porque eleitoralmente é conveniente, sendo certo que precisam de uma digna ligação à A13. Referiu a necessidade de prestar o devido apoio às instituições privadas de solidariedade social, tendo em atenção o trabalho que desenvolvem e as respostas que asseguram, e o que representam em termos de serviços, de emprego e de coesão territorial, como vêm falando há tantos anos. Realçou que a mensagem do Sr. Presidente fala em resolver problemas passados, enfrentar obstáculos presentes, sempre com confiança e olhos postos no futuro, e no caminho que, juntos,



continuam a trilhar, mantendo um caminho que privilegie a proximidade com os cidadãos, mas são palavras de circunstância (ficam bem, mas são vãs) porque o compromisso subjacente foi desvirtuado; existe uma continuada atitude de faltar aos compromissos assumidos e nem sequer é um problema de falta de recursos; é mais grave do que isso, é falta de visão, de capacidade e de organização, e os eleitos do PSD não querem continuar a trilhar juntos tal caminho, e continuarão a lutar por um concelho forte no seu todo e assumem, com conhecimento, e em consciência, o compromisso de contribuir para o transformar, criando as condições para um futuro próspero às gerações atuais e vindouras. -----

O Sr. Presidente referiu que não tem nada a dizer a estas palavras de circunstância - genericamente, é uma declaração política, onde as coisas, umas fatuais e outras meramente opinativas, e meio deturpadas, são apresentadas com muita falta de rigor -, até porque se há coisa que os tomarenses estão habituados é a que a atual governação cumpra as suas promessas, e sabem que assim continuará; podem demorar mais ou menos tempo, mas o que prometem é para cumprir, e resolvem o que outros prometeram durante décadas; também gostariam que as coisas andassem mais depressa, mas, por uma questão de recursos, ou outra(s), é impossível fazer tudo ao mesmo tempo e o caminho vai-se fazendo; -- o caminho municipal mil cento e dezanove foi prometido o ano passado e começou desde logo a ser trabalhado; o projeto era complexo e está concluído e o processo está a ter o acompanhamento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, nomeadamente no contacto com os proprietários dos espaços privados que é necessário expropriar e/ou ocupar; -- a Ponte de Vermoeiros foi prometida o ano passado, o projeto está praticamente concluído e é provável que a obra venha a ser lançada antes do final do ano; --há outras questões que andam a ser prometidas há décadas, nomeadamente o Parque de Feiras, e, no caso da habitação, nos dezasseis anos anteriores a esta governação, foram feitas zero casas de habitação social ou a custos controlados e, mesmo que só tivessem feito uma, ou só uma estivesse a ser desenvolvida, já era mais do que se fez antes. -----

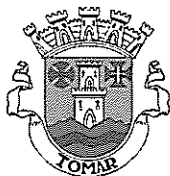
A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que, em setembro de dois mil e dezassete, antes das eleições, a Câmara mandou as máquinas para arranjar o caminho municipal mil cento e dezanove, mas desistiu e, desde então, mesmo que pouco significativa, tem existido sempre verba no orçamento municipal para a intervenção, e sempre foi retirada. -----

O Sr. Presidente realçou que mandar máquinas para o local seria para tapar buracos e não para uma intervenção de fundo, como foi prometido o ano passado e se começou a construir. -

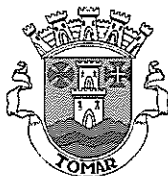
O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que a primeira coisa que salta à vista neste documento



é que o valor global do orçamento aumenta cerca de sete milhões de euros em relação ao documento anterior (o que não deixa de ser curioso dado que, na oposição, o PS tanto criticava o valor elevado dos orçamentos do PSD), e, conhecendo a capacidade desta governação para executar os orçamentos apresentados, e o histórico das respetivas taxas de execução (nos últimos anos, com orçamentos mais pequenos, tem ficado sempre abaixo dos oitenta por cento, como deveria acontecer, e, também por isso, as contas têm sido reprovadas na Assembleia Municipal), conseguem antever o que acontecerá com este orçamento de montante mais elevado. Realçou que as despesas com o pessoal são uma fatia muito elevada do orçamento o que condiciona a gestão atual e é uma pesada herança para o futuro, que fica mais pesada a cada ano que passa; a despesa corrente é sensivelmente igual à do ano anterior (trinta e dois milhões, quatrocentos mil euros), mas, em dois mil e vinte e quatro, as despesas com o pessoal eram dezasseis milhões de euros (cinquenta por cento) e, no próximo ano, aumentam um milhão de euros (cinquenta e dois por cento). Salientou que, para o PSD, o desenvolvimento económico é uma área fundamental da atividade municipal e quase tem que rir para não chorar quando lê na mensagem inicial do Sr. Presidente que “o fortalecimento da economia local é uma prioridade” e vê que, na afetação de recursos financeiros aos grandes objetivos, o Desenvolvimento Económico fica pelos dois milhões, quatrocentos mil e euros (quatro por cento) sendo que um milhão, cem mil euros é para Turismo -- menos mal se servisse para o desenvolvimento de uma estratégia integrada, de apoio e criação de sinergias e de uma rede de apoio às empresas e prestadores de serviços, mas duzentos mil euros são para promoção e oitocentos mil euros para atividades culturais, desportivas e educação, ou seja os tais eventos de que tanto gostam, e coisas do género – e apenas um milhão, trezentos mil euros é para Economia Local, dos quais novecentos e vinte cinco mil euros vão para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para o desenvolvimento de projetos de âmbito intermunicipal, pelo que pouco se poderá esperar dos trezentos e vinte mil euros que sobram; estão alocados cinquenta mil euros para o Parque Empresarial de Tomar (isto sim, é desprezar as empresas ali instaladas) e faltam ações concretas, planos, medidas, projetos para setores também importantes como a agricultura, as tecnologias ou o empreendedorismo (em todo o documento, a palavra só aparece nos contributos do PSD e do CDS e, no orçamento, não há qualquer apoio concreto a esta área, evidenciando que se quer saber zero dos empreendedores); é inconcebível, e revela muito sobre a atual gestão e sobre o desenvolvimento do concelho, que a previsão das receitas de estacionamento seja superior às receitas com loteamentos e obras particulares. Sublinhou que da análise ao documento e do

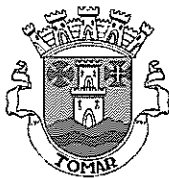


acompanhamento que têm feito aos documentos anteriores fica a sensação que a atual gestão vai em sentido contrário às boas práticas da Administração Pública e da boa governação, nomeadamente em termos de transparência, porque estes documentos são cada vez mais opacos e menos transparentes, e cada vez menos os eleitos e os cidadãos conseguem perceber algumas coisas que são apresentadas, e não tem dúvidas que não é por acaso; as rubricas "outros", por exemplo, representam valores enormes e, ao contrário do que acontecia no passado, não existe um anexo/listagem que as explicita e explique -- na despesa, "outros trabalhos especializados" totalizam um milhão, cem mil euros; "outros serviços", dois milhões, cento e oitenta e cinco mil euros; "outras construções diversas", um milhão seiscentos e cinquenta e quatro mil euros; "outros equipamentos básicos", oitocentos mil euros; em apenas quatro exemplos, são cerca de seis milhões de euros de despesa que não se sabe bem o que é, e não custava nada, a bem da transparência e das boas práticas da governação e da boa gestão pública apresentar uma listagem que identificasse o que se prevê; na receita, isso também acontece e, em particular, a previsão de arrecadar dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil euros em "rendas e rendimentos de propriedade" justifica que questione o que é que a Câmara tem para arrendar que lhe vá permitir arrecadar esta quantia, se bem que seja evidente a tentativa de inflacionar o orçamento para chegar ao valor que se queria. Referiu que muito mais haveria a dizer sobre aspetos concretos, mas fica pelo mais relevante, para poder fazer uma análise mais geral e política, porque é aí que reside a grande falha, ou seja a falta de um fio condutor e da estratégia de que tanto falam, a falta de ambição e, acima de tudo, de políticas de fundo e de futuro, dando a sensação de que muito do orçamento se limita a aproveitar os fundos comunitários, que são importantes e fundamentais para o desenvolvimento do concelho, mas não devem ditar o que se pretende para o desenvolvimento do território. Realçou que, nas últimas(os) semanas/meses a atual governação tem sido pródiga em apresentar anúncios e intenções criando a expectativa de que são coisas para amanhã, ou para daqui a algumas semanas, quando, na realidade, sabem tão bem quanto ele que muito daquilo que anunciam não tem qualquer possibilidade de se concretizar a curto prazo, como é o caso da zona industrial de Vale dos Ovos, do Parque de Feiras, da estrada de Carvalhos de Figueiredo, da continuação da avenida Maria de Lourdes Mello e Castro, da requalificação do Centro Histórico ou do Palácio Alvim, só para citar alguns, onde tudo não passa de conversa porque não há condições para avançar; estão a ficar especialistas nisso, mas, infelizmente, os sete milhões que aumentaram ao orçamento não vão criar condições para assegurar um melhor futuro para Tomar e para os tomarenses, e para as gerações que



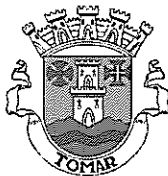
lhes sucederão, e vai ser mais um ano de oportunidades perdidas (a questão do envelhecimento da população, por exemplo, é apontada como um dos grandes desafios que Tomar enfrenta, mas não se encontra nada que tenha como objetivo procurar soluções efetivas e apontar caminhos, assim como não se encontra nada em termos de apoio e estímulo às empresas, sequer uma mensagem do Presidente da Câmara a incentivar as empresas a seguir em frente; o plano que têm é ir andando e tomando uma medida avulsa aqui, ali e acolá, ignorando problemas que são graves, estruturais e urgentes e, acima de tudo, a construção de um concelho competitivo e com condições para atrair empresas e para fixar população, pelo que, tal como disse em dois mil e vinte e três, o voto contra os documentos apresentados é, cima de tudo, um voto a favor de Tomar e dos Tomarenses. -----

O Sr. Presidente referiu que é mais uma declaração de circunstância, que se percebe, até porque, contrariamente ao que, na oposição, fez o PS, desde que passou a oposição, o PSD votou sempre contra o orçamento, e ninguém esperaria que, no último ano de mandato, viesse tecer elogios e dizer que era tudo muito bonito; por outro lado, para quem está na oposição é muito fácil encontrar sempre os pontos que entende mais fracos, mas há coisas que são clássicas; todos os anos, alguém que está na oposição refere a questão da pesquisa pela palavra x ou y, mas é um discurso completamente vazio porque as coisas não se veem pelo número de vezes que a palavra aparece, mas sim pelas medidas e pelo que se fez, assim como não querem dizer nada frases do tipo da que se escolheu para concluir a intervenção; o que seria construtivo e se esperaria da oposição, é que apontasse os caminhos alternativos, em vez de dizer que não os vê; na questão do pessoal, por exemplo, é verdade que se prevê o aumento da despesa em mais de um milhão de euros, mas não se colocaram mais pessoas (há, e bem, aumentos previstos para a função pública e, sendo ano de conclusão do SIADAP, pelo menos um terço do pessoal irá progredir na sua carreira); é verdade que a massa salarial tem um peso significativo no orçamento, mas não há pessoal a mais e há mesmo setores onde falta, e ainda não se ouviu uma palavra sobre qual seria a solução; persistem nos chavões de que não há apoio a empresas e empresários, e que há empresas a ir embora, mas não indicam quais, e seria bom que o fizessem, e se pudesse perceber os motivos que possam ter estado na origem de eventuais situações que possam ter acontecido; tem memória de que, em tempos, a Câmara Municipal não ia à procura dos investidores e também não os recebia, e houve empresas a deixar de vir e oportunidades que se perderam; hoje, queriam palavras de estímulo aos empresários no orçamento, mas esse estímulo está presente nas ações do dia a dia, e nas reuniões e encontros que vão acontecendo; por muito que custe,


32

independentemente do valor inscrito no orçamento, para o Parque Empresarial de Tomar, por exemplo, é factual que, hoje, há mais empresas e mais postos de trabalho do que aqueles que existiam há uma década atrás, quando a governação socialista assumiu funções; é verificável, também a outros níveis, e demonstra muito trabalho, e trabalho que não é fácil, e nem sempre se vê, e que não tem que estar escrito no orçamento; falam em muito dinheiro para a Comunidade Intermunicipal, mas ela não existe sem os Municípios, e são estes que decidem e se responsabilizam pelos projetos que são desenvolvidos e as atividades em que está presente, sendo certo que permite ganhar escala e, em muitos casos, fica mais barato (os Transportes Urbanos, por exemplo, são gratuitos para os utentes, mas têm que ser pagos); acabam de comparar as taxas urbanísticas com as tarifas de estacionamento e seria interessante fazer o estudo das taxas nos últimos vinte anos para perceber a diferença; é factual e verificável que, hoje, há bem mais construção, bem mais processos a entrar nos serviços e bem mais licenciamentos do que existia quando iniciaram funções, e, ao contrário do que, muitas vezes, se diz, as taxas não são muito elevadas, e também não sofreram qualquer alteração durante a governação socialista. Referiu que comparativamente com o que se vê por aí, e com o que vinha de trás, a Câmara até é comedida nos anúncios, mas é um tipo de crítica que é natural e se percebe; em termos de combate ao envelhecimento, entende-se o bem estar como um fator competitivo e há muitas formas de contribuir para melhorar a qualidade de vida de quem vive no território e agarrar novos moradores e novos trabalhadores, desde logo o apoio às muitas entidades e ao muito trabalho que fazem, ou, na área da educação, melhorando a oferta de respostas às famílias, nomeadamente aos jovens casais, ainda muito diminuta (vão ter pela primeira vez uma Creche Municipal), assim como o apoio às diversas atividades das associações, e isto também é combater o envelhecimento e tentar favorecer as questões da natalidade, assim como o maior número de empresas, nomeadamente no Parque Empresarial de Tomar, e mais postos de trabalho; é um problema transversal à sociedade dita ocidental e não é sério achar que, por si, e de um ano para o outro, um concelho conseguirá fazer milagres e alterar a realidade de forma significativa; todos sabem que isso não vai acontecer e que os municípios que já são favorecidos, nomeadamente do litoral, têm mais condições para conseguir apostar mais nestas matérias, mas têm trabalhado nesta área, e vão continuar a fazê-lo, neste e noutros setores. -----

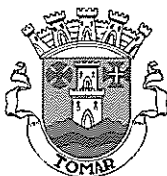
O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não estão contra a Comunidade Intermunicipal e a participação do Município nos respetivos projetos e atividades e apenas realçaram o facto de que estão englobados na Economia Local e totalizam praticamente toda a verba inscrita, ou



seja que não faz sentido dizer que estão a apoiar a economia local quando a dotação se destina a transferir cerca de novecentos mil euros para a CIMT, para projetos na área da educação e para os transportes urbanos, entre outras coisas, e só trezentos mil euros terão outro fim. -----

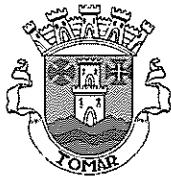
O Sr. Presidente referiu que deu o exemplo dos transportes urbanos e da educação entre as muitas coisas que estão na origem das transferências para a Comunidade Intermunicipal, mas achar que nomeadamente os transportes urbanos, que dão mais condições de mobilidade e de circulação no território, não são, também, uma aposta na economia local revela uma visão muito redutora da questão; acresce que a maioria das classificações económicas e orçamentais obedecem a regras técnicas, estão definidas no sistema e não podem ser inventadas.-----

O Sr. Vereador Luis Francisco referiu que há sempre alguma dificuldade em analisar com alguma profundidade todo o documento no pouco tempo disponível, mas as opiniões que dão assentam em factos e nas opções que foram/são tomadas; o PSD tomaria outras e batalha e procura alertar para uma coordenação nesse sentido; concordam que é mais difícil governar do que estar na oposição, mas este orçamento vem na linha dos anteriores e é claro que o desenvolvimento do território não passa por fazer escolas quando não têm sequer estudos que suportem a execução dessas obras; aparentemente, a população está a decrescer e este investimento não está suportado em bases credíveis e é, por isso, discutível; quando falam que é importante investir na área económica é porque pode potenciar mais investimento e, consequentemente, gerar mais emprego e atrair população; as empresas não surgem de imediato e é uma aposta a médio e longo prazo, mas tem que se dar prioridade às zonas empresariais para haver espaços onde se possam instalar; o Parque Empresarial de Tomar tinha espaços vazios e terá hoje mais empresas instaladas, e possivelmente mais pessoas, mas, se calhar, o concelho não tem mais empresas e mais emprego do que tinha, ou mais população, e é preciso investir nessas apostas globais, em vez de apostar somente no turismo, ou melhor em eventos e coisas do género; o concelho tem um potencial endógeno em termos de setor primário e, aparentemente, não há qualquer aposta a este nível, e seria preciso estudar, se calhar também no âmbito da Comunidade Intermunicipal, como é que se pode dar apoio e rentabilizar esse potencial; aparentemente, também nada é feito para potenciar investimento ligado ao Instituto Politécnico de Tomar e aproveitar/ligar/criar sinergias que potenciem o desenvolvimento, a instalação de empresas e de atividades ligadas à instituição; há potencial, mas depois as pessoas vão embora, para outros sítios, à procura de melhores condições de vida. Referiu que as despesas com o pessoal têm crescido ao longo dos anos e



representam perto de cinquenta por cento do orçamento municipal, sendo certo que o mesmo está empolado e que, em termos reais, irá ser diferente, mas a aposta nos procedimentos internos e na reestruturação dos processos é diminuta (e tem que acontecer, para que possam dar condições às pessoas que trabalham no Município, para poderem prestar um melhor serviço ao exterior), e mantém-se uma estrutura que não tem evoluído e precisa de ser modernizada para facilitar o acesso dos cidadãos e dar celeridade aos processos; há uma aposta qualquer em termos de informatização, mas, se calhar, tem que haver maior investimento interno para que, a médio/longo prazo, possam conseguir reduzir pessoal e não necessitar de recrutar mais. -----

O Sr. Presidente referiu que é mais uma declaração da oposição, mas não pode deixar de comentar a observação de que a estrutura não tem evoluído -- em dois mil e treze, quando a atual governação assumiu funções, um cidadão tinha que circular entre vários serviços para resolver um assunto, nomeadamente um processo urbanístico, e foi implementado o Balcão Único; depois de estar feito, parece uma coisa simples, mas não foi fácil e gerou movimento contra; foi a primeira grande revolução porque obrigou a uma grande mudança de paradigma interno e a que os serviços falassem entre si; depois, foi acontecendo, e continua a acontecer, a introdução dos serviços digitais e, mais tarde, a plataforma (hoje, é por aqui que entra muito do que se recebe); apesar do que se quer fazer pensar, com exceção do setor da Proteção Civil e Bombeiros onde, por opção política, se aumentou bastante o número de trabalhadores, a estrutura cresceu devido a situações externas, a mais evidente por via da descentralização de competências no domínio da educação (de uma só vez, entraram mais de sessenta trabalhadores das duas escolas secundárias); mas também têm acontecido alterações nos serviços e, hoje, o Departamento de Obras Municipais, por exemplo, é mais pequeno (há serviços que não faz sentido assegurar e podem ir sendo contratados, mas é um caminho que tem que ser feito com tempo e à medida que as reformas vão acontecendo --; ou a referência ao investimento associado ao Instituto Politécnico de Tomar -- a este nível, há um antes e um depois desta governação; antes, estava mais do que assumido na comunidade que a Câmara Municipal e o IPT estavam de costas voltadas há muitos anos, mas isso mudou e quase não há semana em que não aconteça uma reunião ou participem em algo que não tenha uma ligação próxima com a instituição, e há projetos que vão dando frutos em muitas áreas; há trabalho a fazer e caminho a percorrer, nomeadamente para que seja uma maior mais valia na captação de empresas --; ou o chavão do turismo e dos eventos -- o turismo é a sexta, ou sétima, atividade económica do concelho e não colhe a ideia de que apostam tudo nesta área, e ainda



não se ouviu dizer quais seriam os eventos que não se realizariam; o valor da rubrica foi reduzido, mas contempla dois ou três grandes eventos (a Feira de Santa Iria, a Festa Templária e o Art in Rua, ainda sem a mesma expressão dos anteriores), que movimentam dinheiro na economia local, acrescentam valor e criam postos de trabalho, e o apoio às associações e àquilo que produzem, porque acrescenta qualidade e diversidade ao território e é um fator competitivo, ajuda a fixar pessoas e também cria economia e postos de trabalho; não é verdade que se gasta muito em eventos e que essa despesa seja um desperdício porque é um investimento, incluindo na economia local e na criação de postos de trabalho. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que estão aqui para discutir o futuro e não o passado, que, mal ou bem, já passou, e, em especial quando se discute o orçamento e o plano, têm que se basear no ponto em que estão para projetar esse futuro; não lhe parece que tenha interesse estar a justificar as opções que estão a ser tomadas com questões que terão ocorrido em dois mil e treze, e com o que se terá passado há dezasseis anos atrás, até porque eram outras épocas e as pessoas que intervieram nessa altura não estão presentes; é evidente que outras opções poderiam ter sido tomadas ao longo dos últimos onze anos, e terão oportunidade de as avaliar quando discutirem os documentos de prestação de contas, e são aquelas que estão a ser tomadas para o futuro que, neste momento, têm que merecer atenção. -----

O Sr. Presidente referiu que não se faz futuro sem perceber se o caminho presente está a ser melhor ou pior; os eleitos do PSD dizem, sistematicamente que é pior, e está a demonstrar que, hoje, na generalidade das coisas que abordam, é melhor do que há uma década, e isso implica que tenha que falar do passado, mas sempre em resposta. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que há coisas que não podem ficar por dizer, em particular quando o Sr. Presidente diz que toda a comunidade sabe que no tempo da governação PSD a Câmara Municipal estava de costas voltadas com o Instituto Politécnico, mas a verdade é que, em dois mil e treze, conseguiram, juntos, trazer a Softinsa para Tomar e a atual governação fez zero equiparado a esse feito, e diz o que diz sobre as empresas e o Parque Empresarial, mas mal seria se, em onze anos, não tivesse vindo uma empresa para Tomar. -----

O Sr. Presidente referiu que, ultimamente, o PSD anda interessado em reescrever a história, mas não consegue apagar que a atual governação tudo fez em tempo record para acolher a Softinsa; a governação PSD fez um protocolo a correr, mal feito, colocando o Município a pagar a renda durante dez anos, sem opção de compra; o Município gastou ali (e bem, porque era



para fixar empresas) centenas de milhares de euros, mas não foram tomadas as devidas cautelas; no dia a seguir a ter sido eleita, a governação socialista teve a primeira reunião com a Softinsa para dizer que a queria cá e, mais tarde, reuniu com os proprietários para tentar emendar a situação, mas havia contrato e já não lhes interessava; por vezes, não se pode falar a correr, para os eleitoralismos, do passado e das coisas, e é preciso haver memória do que realmente se passou. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que a tomada de posse aconteceu a dezassete de outubro e a inauguração correu a quatro de novembro, mas, segundo o Sr. Presidente não havia nada feito. -----

O Sr. Presidente reiterou que havia um texto assinado e nada feito e, se necessário, poderão fazer uma aclaração porque os responsáveis da Softinsa ainda se recordarão daquilo que esta governação teve que fazer e das obras que conseguiu realizar em tempo record. -----

N.º 06 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PLURIANUAIS NO ANO ECONÓMICO DE 2025 – DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta a apresentar à Assembleia Municipal para delegação da competência de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, no ano económico de 2025, até ao montante de 99.759,58€, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2511/2024 e 2523/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aprovar a proposta constante da informação n.º 2511/2024 da Divisão Financeira, nos respetivos termos e fundamentos, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

PROPOSTAS: -----

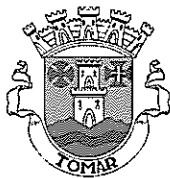
PROPOSTA DO PRESIDENTE: -----

N.º 07 – CANDIDATURAS A JUÍZES SOCIAIS RELATIVAMENTE AO JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES DE TOMAR -----

O Sr. Presidente retirou o assunto da ordem do dia dado que foi detetado um lapso na listagem apresentada. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE: -----



37

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pelo Sr. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 2 de outubro de 2023, bem como os despachos efetuados pelo Sr. Vereador Hélder Henriques e pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes, no uso das competências subdelegadas pelo Sr. Presidente, na sequência da referida deliberação.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----

N.º 09 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – Transmissão do lote D e prazo de vigência do direito de superfície-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício do direito de preferência na venda do lote D do Parque Empresarial de Tomar, e construções nele erigidas, à IVP International Vision Power, limitada, e de prorrogação do prazo de vigência do direito de superfície para 99 anos, nos termos e fundamentos da informação n.º 89/GAIT/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.-Não exercer o direito de preferência na alienação do lote nos termos apresentados, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º do regulamento do Parque Empresarial de Tomar; -----

2.-Aprovar a prorrogação do prazo de vigência do direito de superfície para 99 anos, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do citado regulamento. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 10 – TROCA DE PARCELAS DE PRÉDIOS RÚSTICOS INTEGRADOS NO TRAÇADO INICIAL E ATUAL DO CAMINHO MUNICIPAL 1118 (CM1118)-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 9630/2024 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do certificado de trocas de parcelas de prédios rústicos integrados no traçado inicial e atual do Caminho Municipal 1118, e levantamento topográfico referente às áreas ocupadas nos artigos 168 e 169, Secção B, da Freguesia de São Pedro de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida



38

informação, deliberou aprovar a minuta do certificado de trocas, nos seus exatos termos, e o levantamento topográfico integrante. -----

Mais deliberou autorizar o Sr. Presidente a outorgar o certificado em sua representação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 11 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS HORTAS MUNICIPAIS DE MARMELAIS -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques referente à informação n.º 4825/DAJA/2024, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, no seguimento da deliberação tomada a 29 de abril, a proposta de regulamento de acesso e utilização das Hortas Municipais de Marmelais, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a proposta de regulamento, sem incorporação das alterações a que a mesma se refere, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições das alíneas k) do n.º 1 do artigo 33.º e g) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 12 – CAMPANHA A FAVOR DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE ABRANTES

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de viatura e motorista, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, para transporte de alimentos recolhidos nas superfícies comerciais de Tomar no âmbito da Campanha a favor do Banco Alimentar contra a Fome de Abrantes, nos termos e fundamentos das informações n.º 1776/2024 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, e n.º 9808/2024 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a cedência nos termos propostos. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 13 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Associação Luso Brasileiro de Grappling -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Jácome Ratton, no dia 30 de novembro, ou do Pavilhão Nuno Álvares Pereira, no dia 1 de dezembro, para realização do evento Road to European Jiu Jitsu, nos termos e fundamentos da informação n.º 1708/2024 da



Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. ----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Sporting Clube de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro, para realização de Estágio Internacional de Patinagem Artística, nos termos e fundamentos da informação n.º 1780/2024 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

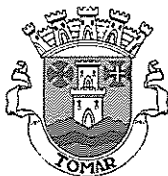
N.º 15 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença especial de ruído para realização de magusto, no dia 15 de novembro, na sede do Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 4742/DAJA/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença para realização de magusto do Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas, no dia 10 de novembro, na praça da República, aberto à comunidade, nos termos e fundamentos da informação n.º 4683/DAJA/2024.-----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 17 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO ANO LETIVO 2024/2025 -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta dos acordos de colaboração a celebrar com os Agrupamentos de Escolas e as entidades parceiras envolvidas, visando a dinamização, em todos os Jardins de Infância, de três atividades por semana, em contexto de ATL, nas áreas de Jogos Tradicionais, Atelier das Artes e Atividade Física e Desportiva, e oferta das atividades de Basket e Jogos Tradicionais aos alunos do Apoio Socio Educativo do CIRE, com o custo estimado de 44.332,50€ (quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 1607/2024 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar as minutas dos acordos de colaboração a celebrar para o efeito com os Agrupamentos de Escolas, o CALMA – Clube de Atividades de Lazer e Manutenção, o Ginásio Clube de Tomar, a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais e o Sport Clube Operário de Cem Soldos.-----

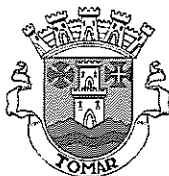
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 18 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Herança de Ilda Salvador-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.064,00 m2, a destacar do prédio rústico sito na rua Principal, em Quinta do Falcão, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 8011/20240513, requerida pela Herança de Ilda Salvador, nos termos e fundamentos da informação n.º 16795/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. ---
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 19 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Herança de Ilda Salvador-----**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.083,00 m2, a destacar do prédio rústico sito na rua Principal, em Quinta do Falcão, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 8010/20240513, requerida pela Herança de Ilda Salvador, nos termos e fundamentos da informação n.º 16798/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – João de Jesus Mendes-----

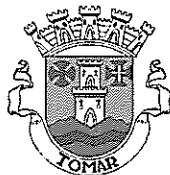
Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 17.345,00 m2, a destacar do prédio urbano sito em Avessadas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 3360/20010816, requerida por João de Jesus Mendes, nos termos e fundamentos da informação n.º 16824/2024 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por maioria, com o voto de qualidade do Sr. Presidente. -----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "Consideramos que o processo que levou à revogação do Plano de Pormenor das Avessadas foi marcado por atrasos, falta de clareza e um impacto negativo na gestão do território. -----

Este processo é um caso paradigmático da incompetência da governação socialista: o requerimento inicial, submetido no início de 2024, teve avanços pontuais, mas mesmo após a anexação de elementos solicitados antes do final do primeiro semestre, sofreu um despacho infrutífero em julho. A situação tornou-se ainda mais grave pela revogação do Plano de Pormenor das Avessadas, aprovada a 8 de janeiro de 2024, mas apenas publicada em Diário da República oito meses depois, em 16 de agosto de 2024. -----

Esta sequência de eventos não só demonstra uma gestão incapaz, como deixa importantes áreas estratégicas sem orientação clara, comprometendo a confiança dos cidadãos e dos



investidores. -----

Por estas razões, os Vereadores do PSD votaram contra, reafirmando o nosso compromisso com uma gestão rigorosa, transparente e orientada para o interesse público e o desenvolvimento sustentável do concelho.”. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que este processo incide sobre um prédio sito na área abrangida pelo anterior Plano de Pormenor das Avençadas, e causa estranheza que tenha tido desenvolvimentos no primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro e não tenha sido submetido antes a este órgão, para além de que, entretanto, ocorreu a revogação do referido Plano de Pormenor e esta proposta careceria de informação que os habilitasse a uma votação esclarecida, mas ela não existe e não podem acompanhar a proposta. -----

O Sr. Presidente referiu que a revogação de um Plano de Pormenor não interfere diretamente na certificação do destaque cujas regras decorrem da lei geral, sendo certo que toda a área das Avençadas tem regras definidas no Plano Diretor Municipal. -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 21 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no ano de 2024 -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à atividade operacional da Divisão de Proteção Civil no mês de outubro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 22 – ACEITAÇÃO DE DONATIVO DA LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO B -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 1022/2024 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de donativo da Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar, no montante de 72.673,13€ (setenta e dois mil, seiscentos e setenta e três euros e treze cêntimos), para aquisição de ambulância tipo B, revogando a deliberação tomada a 7 de junho. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou revogar a deliberação tomada a 7 de junho e aceitar o donativo da Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 23 – REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO E SOCORRO DO CONCELHO DE TOMAR-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o



projeto de regulamento de concessão de direitos e benefícios aos voluntários de proteção e socorro do concelho de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 321/PR/2024. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o projeto de regulamento de concessão de direitos e benefícios aos voluntários de proteção e socorro do concelho de Tomar e submetê-lo a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, por estarem verificadas as condições previstas no n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, devendo os contributos ser enviados para o endereço proteccaocivil@cm-tomar.pt.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "O Partido Social Democrata já tinha então proposto em 2020, através dos então Vereadores, a elaboração de um Regulamento de Apoio aos Bombeiros Voluntários. Uma proposta rejeitada pela governação socialista que agora a vem apresentar.-----

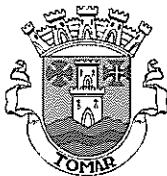
Para além dos elementos voluntários a exercer funções em Tomar pertencentes ao Corpo de Bombeiros do Município de Tomar, a proposta de regulamento em apreciação contempla também os voluntários pertencentes à Delegação de Abrantes/Tomar da Cruz Vermelha Portuguesa a exercer funções em Tomar.-----

Essa questão merece-nos especial consideração do ponto de vista jurídico/legal uma vez que esses voluntários não se encontram nas mesmas circunstâncias que os Bombeiros Voluntários que estão inseridos no Corpo de Bombeiros do Município de Tomar.-----

Por isso, solicitámos a apresentação de um parecer jurídico que salvaguardasse esta questão. Como vem sendo habitual, a governação socialista não só tinha nenhum documento que validasse juridicamente esta pretensão, como não demonstrou qualquer preocupação ou vontade de o obter.-----

Ainda assim, porque entendemos que os voluntários de proteção e socorro desempenham um importante papel no concelho, votamos a favor."-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que se pretende dar algumas regalias aos bombeiros voluntários e foram estas as opções, com base na avaliação que fizeram, em conjunto com o Comando, às práticas existentes. Realçou que, nesta área, o futuro não se afigura muito risonho em termos de voluntariado, como aliás já se verifica um pouco por todo o lado, nomeadamente nos corpos de bombeiros voluntários, e esta é uma forma de tentar atalhar caminho.-----



O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que é um tema que tem merecido a atenção do PSD e têm vontade de aprovar a proposta, mas têm dúvidas quanto à viabilidade legal de abranger os voluntários da Cruz Vermelha Portuguesa, cuja relação com o Município é diferente da relação dos Bombeiros Voluntários que integram o Corpo de Bombeiros, e ficariam um pouco mais tranquilos se o processo estivesse instruído com um parecer jurídico que enquadrasse essa opção ou, pelo menos, que o mesmo tenha sido solicitado e sido favorável, o que questiona. -----

O Sr. Presidente referiu que se prevê que os voluntários da Cruz Vermelha Portuguesa sejam equiparados aos Bombeiros Voluntários enquanto o protocolo se mantiver válido; se o Corpo de Bombeiros fosse detido por uma associação humanitária, o Município poderia ter um regulamento para apoiar os voluntários dessa associação, como acontece em vários outros locais, e entendem que, sendo o Corpo de Bombeiros detido pelo Município, o princípio é o mesmo e se pode aplicar à Cruz Vermelha Portuguesa, e não sentiram necessidade de solicitar qualquer parecer. -----

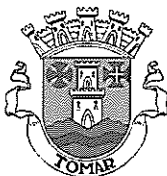
A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que estão habituados a estas opiniões e pareceres do Sr. Presidente, mas esta posição em particular deixa muitas dúvidas e é difícil ter a visão legal que deviam ter; não oferece quaisquer dúvidas em relação aos bombeiros voluntários, até porque estão previstos no regulamento, muito completo, do Corpo de Bombeiros, mas o mesmo não acontece relativamente aos voluntários da Cruz Vermelha, até porque o Sr. Presidente indicou que a equiparação vigorará enquanto o protocolo se mantiver válido, mas não disse qual era o protocolo, o que questiona. -----

O Sr. Presidente referiu que um Presidente de Câmara ou um responsável político que agisse apenas naquilo que tivesse cem por cento de certeza faria muito pouco, dada a complexidade legal e até, por vezes, a contradição entre leis ou entre regras; neste caso, parece-lhes, com grande certeza, que é possível aplicar o regulamento aos voluntários da Cruz Vermelha enquanto durar o protocolo (o regulamento é válido enquanto não for revogado e o protocolo pode não durar tanto tempo, dependendo da vontade das partes). -----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 24 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE, LIMPEZA E APOIO ÀS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS - autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a obtenção de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais, nos anos de 2025 a 2028, para aquisição de serviços de higiene, limpeza e apoio



às instalações municipais, nos termos e fundamentos da informação n.º 2473/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais, nos termos propostos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria, com o voto de qualidade do Sr. Presidente. -----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco apresentaram a seguinte declaração de voto: "É com surpresa que constatamos que a governação socialista propõe um compromisso plurianual com início em maio de 2025 e término em maio de 2028, ou seja, comprometendo grande parte do próximo mandato autárquico. Sabendo nós que com a realização das eleições autárquicas em 2025, não podemos concordar que esta governação se proponha a estabelecer um contrato que venha a limitar as opções de uma próxima governação. -----

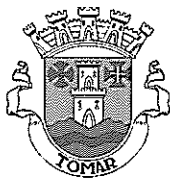
Em segundo lugar, consideramos que o processo em questão revela falta de planeamento e transparência, dizendo respeito às instalações afetas à Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, de forma desarticulada com outras instalações. -----

Desde o início, este processo apresentou graves lacunas. Iniciado em janeiro de 2024, sofreu atrasos inadmissíveis e só agora, em novembro, é trazido à reunião de Câmara. Este desleixo administrativo força, desnecessariamente, uma consulta prévia para os primeiros meses de 2025, comprometendo a boa gestão dos recursos públicos. -----

Adicionalmente, a proposta é apresentada de forma isolada de outros processos relacionados com instalações municipais, o que dificulta uma visão estratégica e integrada. Não nos foi fornecido o histórico necessário para avaliar os critérios apresentados e as estimativas de horas baseadas em valores de 9€ e 6,50€ por hora não apresentam fundamentação clara. O fracionamento de despesas e os critérios subjacentes aos mapas de quantidades e ao horizonte temporal também não são devidamente justificados. -----

Esta proposta representa um gasto previsto de 522.877,50€ para o período de 2025 a 2028, sem que as preocupações legitimamente levantadas tenham sido devidamente respondidas. O atraso, a falta de articulação e a ausência de clareza na previsão de despesa tornam este processo insatisfatório e pouco transparente. -----

Por estas razões, e para assegurar uma gestão pública mais eficiente, transparente e rigorosa,



votamos contra esta proposta. Reafirmamos a nossa exigência de processos mais bem estruturados e integrados, que respeitem os princípios de boa gestão e sirvam efetivamente os interesses da comunidade.”. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que a necessidade da aquisição destes serviços está identificada desde janeiro, altura em que foi solicitada a realização de um concurso público, e causa alguma surpresa estarem a ser chamados a decidir em novembro; por outro lado, estão em causa serviços de higiene e limpeza e serviços de apoio às instalações municipais, e não sabem o que possam ser estes últimos, o que questiona; acresce que o levantamento das necessidades com valor estimado em meio milhão de euros tem carradas de siglas, não especificadas, o que impede a sua compreensão; desconhecem se os dados são reais, bem como os motivos para o esquecimento/atraso no início do procedimento, incluindo por parte da Sra. Vereadora, do qual decorre a necessidade de aquisição dos serviços, por ajuste direto, para um determinado número de meses, para além de que a aquisição de serviços de higiene também acontecerá para outros serviços municipais, e, se calhar, o procedimento devia prever as necessidades globais do Município, mas não têm esse histórico.-----

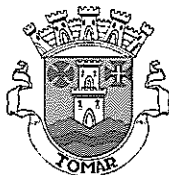
O Sr. Presidente referiu que este procedimento é praticado desde a governação anterior, sendo certo que a utilização das instalações aumentou bastante - há uma década, o Pavilhão Municipal Cidade de Tomar (atualmente Patrícia Sampaio) pouca ou nenhuma utilização tinha e, hoje, tem uma utilização quase plena e uma maior diversidade de atividades - e, consequentemente, os serviços que há necessidade de contratar; ser em janeiro ou em novembro é uma questão de gestão.-----

N.º 25 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR – NOMEAÇÃO NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de nomeação de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, limitada como auditor externo do Município de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 2442/2024 e 2513/2024 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou propor à Assembleia Municipal a nomeação do referido auditor externo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



47

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que se está a propor propor à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, mas consta do processo o despacho do Sr. Presidente a adjudicar os serviços e a aprovar a minuta do contrato, o que lhe parece estranho e gostaria de ver esclarecido. -----

O Sr. Presidente referiu que assina dezenas de processos todos os dias e, na altura, não se lembrou que não era uma mera adjudicação e era assunto que carecia de submissão á Assembleia Municipal, como está a ser feito. -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 26 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Santa Cita Aldeia Natal 2024 ----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 15 de dezembro, no âmbito do evento Santa Cita Aldeia Natal, nos termos da informação n.º 324/PR/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 27 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 7 de dezembro, para atividade do Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas, com o custo estimado de 705,875€ (setecentos e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), com pagamento de portagens a cargo da entidade, nos termos da informação n.º 4774/DAJA/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 28 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 14 de dezembro, para atividade do Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, com o custo estimado de 901,56€ (novecentos e um euros e cinquenta e seis cêntimos), com pagamento de portagens a cargo da entidade, nos termos da informação n.º 4757/DAJA/2024. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 21 de setembro de 2025, no âmbito da realização da 9.ª edição do evento "Ceyceyra Medieval", com o custo estimado de 335,46€ (trezentos e trinta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos), com pagamento de portagens a cargo da entidade, nos termos da informação n.º 4802/DAJA/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo doze horas e cinquenta e dois minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. --